

CMIWORKINGPAPER

Expectativas e receios face às eleições de 2008

O impacto de 1992

Jacinto Wacussanga
Cesaltina Abreu
Inge Amundsen
Line Tøndel

WP 2008: 11



Centro de Estudos e Investigação Científica
Universidade Católica de Angola

CMI CHR.
MICHELSEN
INSTITUTE

Expectativas e receios face às eleições de 2008

O impacto de 1992

Jacinto Wacussanga
Cesaltina Abreu
Inge Amundsen
Line Tøndel

WP 2008: 11

CMI Working Paper

Esta série pode ser encomendada a:

Chr. Michelsen Institute
P.O. Box 6033 Postterminalen,
N-5892 Bergen, Noruega
Tel: + 47 55 57 40 00
Fax: + 47 55 57 41 66
E-mail: cmi@cmi.no
www.cmi.no

Preço: 50 Coroas Norueguesas

Printed version: ISSN 0804-3639
Electronic version: ISSN 1890-5048
Printed version: ISBN 978-82-8062-305-8
Electronic version: ISBN 978-82-8062-306-5

Este relatório encontra-se também disponível no seguinte endereço:

www.cmi.no/publications

Palavras-chave:

Angola
Eleições

Número do Projecto

28607

Título do Projecto:

Inquérito de Opinião "Expectativas e Receios sobre as Próximas Eleições - O Impacto de 1992"

Índice

FIGURAS.....	IV
AGRADECIMENTOS	V
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 RESULTADOS DAS ELEIÇÕES	2
2. METODOLOGIA.....	3
2.1 ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	3
2.2 METODOLOGIA DO PROCESSO	4
2.2.1 <i>Plano de análise do projecto sobre eleições</i>	4
2.2.2 <i>Constituição da amostra</i>	4
2.2.3 <i>Seleção e capacitação dos entrevistadores</i>	4
2.3 REVISÃO METODOLÓGICA E TREINAMENTO DOS INQUIRIDORES	5
2.4 TREINAMENTO E TESTE DE QUALIDADE.....	5
2.5 AMOSTRAGEM.....	5
2.6 RECOLHA DOS DADOS EM LUANDA E NO BIÉ.....	6
2.7 RESUMO DO TRABALHO DE CAMPO	7
3. ANÁLISE.....	8
3.1 VARIÁVEIS DE REFERÊNCIA.....	8
3.1.1 <i>Descrição dos entrevistados</i>	8
3.1.2 <i>Quem vai votar?</i>	10
3.1.3 <i>Pretende votar no mesmo partido</i>	15
3.1.4 <i>Quem não pretendia votar?</i>	16
3.2 AFECTADAS PELA CRISE DE 1992?	17
3.3 FONTES DE INFORMAÇÃO	18
3.4 CONFIANÇA E DESCONFIANÇA.....	21
3.5 OPINIÕES E RECEIOS	24
3.5.1 <i>Opiniões sobre as eleições de 1992 e de 2008</i>	24
3.5.2 <i>Opiniões sobre a democracia angolana</i>	27
3.5.3 <i>Factores de receio</i>	27
3.5.4 <i>Esperanças sobre a reconciliação em Angola</i>	29
3.5.5 <i>Responderam certo? Sabiam?</i>	30
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	31
4.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	31
4.2 CONCLUSÕES DA PESQUISA	31
4.3 RECOMENDAÇÕES DA PESQUISA.....	32
ANEXO 1: ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	33
ANEXO 2: REFERÊNCIAS E LITERATURA.....	33

Figuras

FIGURA 1	ENTREVISTADOS POR IDADE, GÊNÉRO, PROVÍNCIA	8
FIGURA 2	ENTREVISTADOS POR PROVÍNCIA E ÁREA DE RESIDÊNCIA	9
FIGURA 3	ENTREVISTADOS POR PROVÍNCIA E HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	9
FIGURA 4	ENTREVISTADOS POR PROVÍNCIA E CATEGORIAS OCUPACIONAIS	10
FIGURA 5	PRETENDE VOTAR?	11
FIGURA 6	PRETENDE VOTAR POR GÊNÉRO	11
FIGURA 7	PRETENDE VOTAR POR IDADE	12
FIGURA 8	PRETENDE VOTAR POR EDUCAÇÃO	12
FIGURA 9	PRETENDE VOTAR POR ÁREA DE RESIDÊNCIA	13
FIGURA 10	PRETENDE VOTAR POR PROVÍNCIA	13
FIGURA 11	JOVENS QUE PRETENDEM VOTAR POR PROVÍNCIA	14
FIGURA 12	VOTARAM EM 1992 E PRETENDEM VOTAR POR IDADE	14
FIGURA 13	PRETENDE VOTAR NO MESMO PARTIDO	15
FIGURA 14	PRETENDE VOTAR NO MESMO PARTIDO PORQUE...	15
FIGURA 15	VALORES DO PARTIDO	16
FIGURA 16	RAZÕES PARA NÃO VOTAR	17
FIGURA 17	AFECTADOS PELA CRISE DE 1992	17
FIGURA 18	AFECTADOS QUE PRETENDEM VOTAR	18
FIGURA 19	RECEIO DA GUERRA CIVIL	18
FIGURA 20	MEIOS DE COMUNICAÇÃO	19
FIGURA 21	INFORMAÇÕES SOBRE AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES	20
FIGURA 22	PRETENDEM VOTAR POR FONTE DE INFORMAÇÃO	20
FIGURA 23	NÃO PRETENDIAM VOTAR POR FONTE DE INFORMAÇÃO	21
FIGURA 24	CONFIANÇA E DESCONFIANÇA	23
FIGURA 25	OPINIÕES SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2008	24
FIGURA 26	OUTRAS OPINIÕES SOBRE AS ELEIÇÕES DE 2008	25
FIGURA 27	OPINIÕES SOBRE AS ELEIÇÕES DE 1992	26
FIGURA 28	OPINIÕES SOBRE A DEMOCRACIA ANGOLANA	27
FIGURA 29	FACTORES DE RECEIO	28
FIGURA 30	VIOLÊNCIA NÃO VAI INFLUENCIAR	28
FIGURA 31	ELEIÇÕES SEM RETORNO À GUERRA	29
FIGURA 32	ESPERANÇAS NA RECONCILIAÇÃO EM ANGOLA	29
FIGURA 33	QUE TIPO DE ELEIÇÕES?	30

Agradecimentos

A equipa agradece a todos quantos, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização do presente projecto de pesquisa. Nas diversas etapas, concepção, preparação dos instrumentos de recolha de dados, trabalho de campo e análise dos dados, diversas foram as pessoas que contribuíram com as suas ideias, opiniões e intervenções para que a pesquisa fosse realizada. Não podemos deixar de agradecer o apoio do conjunto de pessoas que, no âmbito do “Jango das Eleições”, se disponibilizou a dar as suas contribuições na fase de concepção da pesquisa. Posteriormente, a dedicação e empenho da equipa contratada para o trabalho de campo, possibilitou superar as limitações de tempo e as condições de trabalho, nem sempre as mais desejáveis, para além de terem emprestado a sua experiência em trabalho de campo, seja na constituição da equipa de entrevistadores, seja na abordagem das autoridades locais como dos potenciais entrevistados.

Os nossos agradecimentos também para as autoridades provinciais, municipais e locais de Luanda e do Bié, às entidades eclesásticas que encorajaram o projecto e o acompanharam, bem como de todos quanto facilitaram o trabalho de recolha de dados.

Finalmente, ao CEIC e ao CMI por terem tornado possível este estudo que vai contribuir para uma melhor e mais actualizada caracterização do momento político de Angola.

Luanda e Bergen, Outubro de 2008

Jacinto Wacussanga

Cesaltina Abreu

Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC)

Inge Amundsen

Line Tøndel

Chr. Michelsen Institute (CMI)

1. Introdução

Após 16 anos das primeiras e únicas eleições realizadas no país – eleições gerais, presidenciais e legislativas, em Setembro de 1992 -, e seis anos e meio após o *Acordo de Luena*, que pôs fim a décadas de guerra civil, os angolanos tiveram a oportunidade de exercer o seu direito de escolher os seus representantes, desta feita apenas para o poder legislativo, esperando-se a confirmação da realização de eleições presidenciais no próximo ano, 2009.

O acto de votar e exprimir a sua vontade sobre quem deverá dirigir o país no mandato que se segue a cada eleição, é relacionado pela maioria dos angolanos, com a lembrança dos acontecimentos que se seguiram à publicação dos resultados das eleições em 1992: a não-aceitação dos resultados pela UNITA, a não realização da segunda volta das eleições presidenciais e o retorno à guerra civil. Mais uma etapa da longa e sofrida guerra civil se seguiu, extremamente violenta e com uma incidência mais acentuada em áreas urbanas e periurbanas da região central, mas com consequências em todo o território, e com profundos efeitos no tecido humano e nas relações sociais, resultado dos sentimentos de perda, de medo, de trauma.

Nestes seis anos e meio após o cessar-fogo de 2002, com a economia nacional a apresentar indicadores de crescimento de dois dígitos – teoricamente capazes de sustentar estratégias e programas de construção da paz social e de uma reconciliação nacional envolvendo todas as camadas da sociedade e não apenas as elites dos ex-contendores -, a esperança de concretização de uma verdadeira reconciliação nacional não encontra, na realidade do dia-a-dia, razões para se manter viva. E isso porque existe uma certa tendência de evitar falar do passado, prevalecendo os argumentos que defendem que, uma vez “terminada a guerra não há mais razões para falar do que aconteceu, porque estamos em paz”.

Os esforços com a recuperação da economia e a reconstrução das cidades e das infra-estruturas não têm sido acompanhados por um investimento na construção da paz social, na aquietação dos espíritos, na promoção de uma cidadania inclusiva a todos os angolanos. É como se o crescimento económico pudesse, em si, eliminar a pobreza e as desigualdades sociais, sem necessidade de uma intervenção intencional de pacificar o país após a prolongada guerra civil. Tal intervenção, contudo, parece fundamental, se tivermos em atenção as lições da história dos pós-guerras em diversos quadrantes do planeta.

Essas experiências mostram ser necessário que, para além das elites directamente relacionadas com as partes em guerra, outros actores sociais com potencial para desempenharem papéis de articulação e mediação sejam incluídos, contribuindo para a tecitura de laços de respeito e de reconhecimento entre os vários grupos sociais que constituem a nação angolana, fundamentais para a manifestação de uma mais ampla solidariedade social, alimentando o processo de construção de uma memória colectiva que funcione como um quadro de referências de um passado no qual todos se reconheçam, e que permita projectar um futuro comum. Não há futuro comum sem que o passado seja reconhecido por todos.

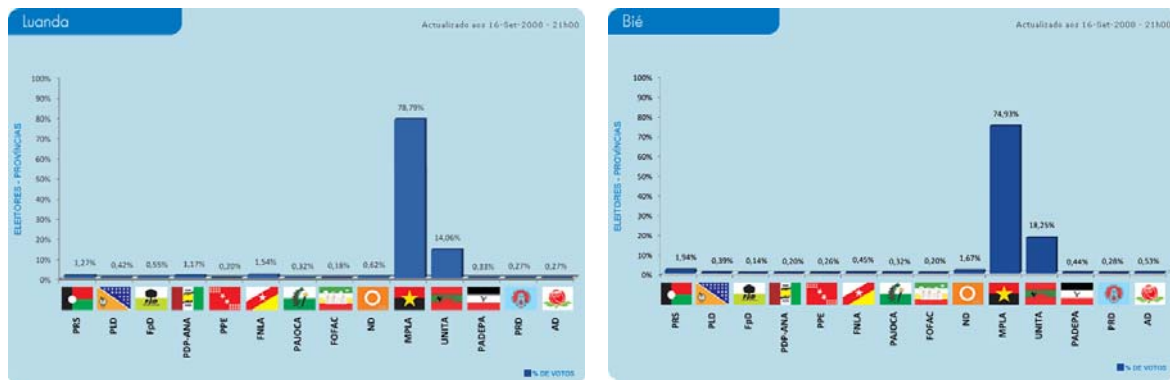
Na ausência de um processo com estes objectivos, os eleitores vão a votos com desconfianças e interrogações em relação ao processo eleitoral, acima de tudo, com receios fundados nos traumas que ficaram dos acontecimentos que tão profunda e generalizadamente atingiram a sociedade angolana.

Nesta perspectiva, o programa de cooperação entre o CEIC e o CMI, considerou a necessidade de realizar um programa de estudos sobre o processo eleitoral em Angola, começando por uma pesquisa sobre os efeitos dos acontecimentos pós-eleições de 1992 nos eleitores chamados a exercer o seu direito de voto nas eleições legislativas marcadas para Setembro de 2008. A esta deverão seguir-se outras pesquisas sobre as próximas eleições presidenciais, sobre os partidos políticos angolanos, e outras complementares, para a compreensão do panorama político em Angola.

1.1 Resultados das Eleições

Embora este seja um estudo pré-eleitoral sobre as opiniões das pessoas antes das Eleições Legislativas de Setembro 2008 em Angola, e embora não tenhamos inquirido especificamente sobre as preferências partidárias dos inquiridos, os resultados reais das eleições são ilustrativos de algumas das questões levantadas neste estudo.

Os resultados totais com mais de 80% para o MPLA, partido no poder (81.64%), deram ao partido 191 dos 220 assentos no Parlamento. O maior partido da oposição, a UNITA, ganhou 16 assentos, o PRS ganhou 8 assentos, a FNLA ficou com 3, e a coligação ND conseguiu 2 assentos.



Fonte: Comissão National Eleitoral website (www.cne.ao, 2 Outubro de 2008).

Nas duas províncias abrangidas por este estudo, Luanda e Bié, os resultados diferiram ligeiramente. No Bié a UNITA, partido da oposição, ganhou um deputado provincial (o MPLA ganhou 4), enquanto que em Luanda o MPLA ganhou todos os 5 deputados provinciais em disputa.

2. Metodologia

O presente projecto de pesquisa envolveu consultas alargadas entre académicos ligados às Universidades de Bradford (Dra. Ruth Jacobson) e do Centro de Estudos e Investigação Científica, com particular destaque para a Dra. Noelma de Abreu e o Dr. Manuel Alves da Rocha. A proposta de projecto, elaborada depois de extensivas consultas, constituiu o esteio do actual projecto de pesquisa.

A presente pesquisa foi antecedida doutras com fins similares, tais como, por exemplo, as levadas a cabo pelo Instituto Democrático para Assuntos Internacionais (NDI), o Instituto Republicano Internacional (IRI), bem como a pesquisa da BBC World Service Trust de 2008. Na generalidade, existem muitos paralelos em termos de resultados obtidos sobre as percepções das pessoas em relação às eleições. Enquanto as pesquisas anteriores insistiram nas questões sobre eleições e democracia, participação popular, expectativas, etc., a pesquisa do CEIC-CMI insistiu na interligação num trinómio eleições – reconciliação – democracia. Tal se explica pelo facto de as eleições, em contexto de pós-conflito, estarem enquadradas num processo de reconciliação e estabilização social graduais.

Importava, para os fins delineados no trinómio eleições – reconciliação – democracia, adoptar-se uma metodologia que aprofundasse as percepções inter-subjectivas e que valorizasse de certo modo uma visão resultante de percepções construídas por grupos e indivíduos e que resultaram das experiências, eventos e factos resultantes da crise pós-eleitoral de 1992 e do trauma que se lhe seguiu.

2.1 Elaboração do questionário

Tendo em conta a complexidade da área temática, a equipa do projecto seguiu uma metodologia flexível e participativa, tendo para tal criado um grupo, em forma de Comité, constituído por membros de ONGs, académicos e líderes de opinião, todos numa base de voluntariado. Tal grupo, denominado o “Jango das Eleições”, iria proceder ao acompanhamento do trabalho da pesquisa. Foram valiosíssimas as contribuições dos membros desse grupo para se alcançar o formato final do questionário. Gostaríamos de sublinhar as contribuições de todos os participantes, em especial, as correcções propostas por Isabel Emmerson e Reis Luís, do *Instituto Democrático Nacional para Assuntos Internacionais* (NDI) e do *National Counseling Centre* (NCC), respectivamente.

O questionário, apesar de constituído maioritariamente por perguntas fechadas, foi preparado para acolher, de forma qualitativa, as opiniões dos entrevistados sobre questões cruciais que abordam o ambiente político eleitoral e o grau de interacção entre cidadãos e governantes, barómetro essencial para uma sociedade pós-conflito e em gradual estabilização. Paralelamente a isto, e tendo em conta o esteio do trabalho, as questões foram elaboradas em cadeia, para permitir uma recolha cruzada de informações que se fossem validando e consolidando de forma gradativa, à medida que se avançasse com a entrevista. Assim, no decurso da entrevista, o contexto pré-eleitoral prepara o entrevistado para a incursão no passado traumático, trá-lo de volta através da rememoração dos eventos, leva-o a avaliar a sua confiança em pessoas e instituições, e fá-lo analisar o nível de desenvolvimento democrático do ambiente em que vive. O entrevistado projecta o futuro ideal de democracia e de construção de esperança. Em suma, o questionário foi elaborado na base de uma metodologia que permitisse captar o leque de experiências e percepções inter-subjectivas construídas entre a crise pós-eleitoral de 1992 e as vésperas das eleições de 2008.

2.2 Metodologia do processo

Para o desenho da pesquisa utilizaram-se técnicas quantitativas e o método de observação directa. O método de observação directa permitiu a recolha de dados de forma objectiva, visualizando aspectos ligados às expectativas das pessoas em relação às próximas eleições, marcadas para Setembro de 2008. A metodologia foi igualmente concebida para obter resultados com fins pragmáticos, que servissem de base para melhorar o conhecimento sobre o momento actual do país, alimentar debates, e adequar os programas de educação cívica e de prevenção de conflitos em ambiente eleitoral. O método de observação directa contribuiu para o mapeamento das três zonas, urbana, peri-urbana e rural, abrangidas pela pesquisa. Para tal, foi necessário proceder à recolha de informações junto de pessoas individuais e colectivas com experiência na temática eleitoral e à consulta das pesquisas anteriores, bem como a recolha e sistematização de informações sobre o contexto e a análise de eventuais variações contextuais. O recurso ao questionário permitiu incluir avaliações qualitativas e dar maior flexibilidade aos conteúdos das perguntas e das respostas dos entrevistados. Portanto, todos estes aspectos contribuíram para um melhor controlo de qualidade dos conteúdos abordados.

2.2.1 *Plano de análise do projecto sobre eleições*

Este plano foi preparado com o fim de facilitar o desenho da amostra, o quadro conceptual e as definições das áreas abrangidas pela amostra. O plano de análise ajudou a definir o perfil e a distribuição de tarefas de todos os envolvidos no trabalho, e a constituição da amostra (definida como sendo 40% das entrevistas nas zonas rurais, 40% nas zonas peri-urbanas e 20% na zona urbana de cada província). Ficaram ainda pré-definidas as principais informações que a pesquisa deveria produzir, e a sua arrumação em conjuntos de achados temáticos, num esquema prévio da estrutura do relatório final.

2.2.2 *Constituição da amostra*

A escolha das 2 províncias para a realização da pesquisa tem a ver com os seguintes aspectos:

1) Luanda constitui um “mundo” socio-político distinto das outras 17 províncias do país, mais miscigenado, mais tolerante em relação à coexistência com a diversidade que caracteriza Angola. Existe igualmente em Luanda, uma vida muito dinâmica, característica de qualquer capital de país, superpovoada e onde a diversidade dos seus habitantes busca viver “e sobreviver” das mais variadas formas. Isto faz com que os entrevistados de Luanda sejam, no geral, mais propensos a eventuais mudanças políticas comparativamente aos entrevistados das outras províncias;

2) Na nossa história recente, o Bié foi uma das províncias mais directamente atingidas pela guerra civil e cuja população ficou mais traumatizada com a intensidade da violência que caracterizou a fase pós-eleições 1992 da guerra civil em Angola.

2.2.3 *Seleção e capacitação dos entrevistadores*

Foram recrutados dois líderes de equipa de campo, o Santinho Figueira e o André Fillas Brancel respectivamente. Para a condução das entrevistas em Luanda, os líderes de equipa tiveram a seu cargo a tarefa de recrutar sete entrevistadores, a que se juntou uma estagiária formada em psicologia e trabalhadora do *Search for Common Ground*, perfazendo praticamente oito entrevistadores. No caso do Bié, foram recrutados cinco entrevistadores, que foram ajudados pelos próprios líderes de equipa para perfazer o total das entrevistas.

2.3 Revisão metodológica e treinamento dos inquiridores

Para garantir a qualidade da informação, a equipa construiu de forma participativa a metodologia a ser aplicada, com revisões pontuais antes e depois das entrevistas, nas duas províncias. Os líderes de equipa facilitaram os encontros de construção metodológica, bem como do treinamento dos inquiridores, da revisão do questionário, identificação das questões logísticas envolvidas, e ajudaram a componente protocolar de apresentação da pesquisa às autoridades político-administrativas das duas províncias onde as entrevistas iriam ter lugar.

Antes da implementação das entrevistas os Governos Provinciais de Luanda e Bié, e as respectivas administrações municipais (Maianga, Cazenga e Viana, no caso de Luanda, e Kuito e Kunhinga, no caso do Bié), foram previamente contactados com missivas em nome do CEIC. Uma das lições aprendidas nas zonas rurais foi que, para além do contacto com a autoridade administrativa, seria necessário um contacto paralelo com as autoridades tradicionais, que se mostraram muito prestimosas em ajudar a mobilizar as pessoas para realizar a pesquisa. Esta atitude foi muito relevante no Quilómetro 30, Bairro Quilamba, Município de Viana, no Bairro Catraio no Kuito e nos arredores da sede municipal do Kunhinga. A equipa teve a percepção de que havia muitos receios em conceder entrevistas por causa do trauma pós-eleitoral de 1992, e sem o envolvimento das autoridades tradicionais. Por isso, sem o envolvimento destas a maior parte das entrevistas não teria sido possível.

2.4 Treinamento e teste de qualidade

O programa de treinamento obedeceu à seguinte sequência de apresentações: a) objectivos da pesquisa; b) amostra da pesquisa; c) distribuição das tarefas pelos membros da equipa; d) técnicas a serem utilizadas durante a recolha de dados; e) capacitação sobre a aplicação do questionário.

Os testes de qualidade foram conduzidos com objectivo de testar dificuldades, tanto da parte dos entrevistados quanto dos entrevistadores em relação ao conteúdo e forma dos questionários, a fim de se salvaguardar a compreensão dos objectivos e do resultado final.

Os testes foram precedidos do treinamento das equipas de entrevistadores, nas duas províncias de recolha de amostras. O treinamento foi projectado para aprofundar os objectivos da pesquisa e as respectivas metodologias a serem aplicadas no trabalho de campo. Em média, o treinamento durou praticamente um dia para cada província.

Antes da aplicação do teste de qualidade, os líderes de equipa e a coordenação tiveram o cuidado de, nas duas províncias, rever com os entrevistadores as metodologias e as técnicas de aplicação das questões, a revisão do questionário, sua compreensão técnica e temática por parte dos entrevistadores e a eventual reformulação de questões consideradas difíceis ou ambíguas do ponto de vista da sua compreensão pelos entrevistados.

Na província de Luanda, o teste de qualidade foi realizado no município da Maianga, na zona do “Catambor”, um dos chamados “musseques encravados” no tecido urbano de Luanda, envolvendo seis questionários. Feito o teste, houve uma reunião para breve troca de impressões, e para identificar, corrigir e evitar dificuldades durante o trabalho de campo.

No caso do Bié, o teste de qualidade foi realizado no centro da cidade, em zonas residenciais próximas da Administração Municipal e do Governo Provincial, seguindo o mesmo procedimento de uma avaliação baseada na compreensão dos entrevistadores e entrevistados em relação aos objectivos da pesquisa e ao questionário. Tal como no caso de Luanda, os entrevistadores captaram a natureza e a complexidade metodológica do trabalho de campo, o que facilitou uma adequada colecta de informação.

2.5 Amostragem

A metodologia da amostragem baseou-se em três estágios de selecção:

- Selecção propositada tendo em conta os objectivos do estudo (províncias)

- Selecção sistemática proporcional ao tamanho da amostra (município)
- Selecção aleatória simples independente em cada município.

Durante a realização da pesquisa, a selecção dos entrevistados e agregados obedeceu à seguinte regra:

- Selecção do agregado, utilizando o método de “Random Route”. As entrevistas foram realizadas seguindo os intervalos de selecção de acordo com os dias de semana, estabelecidos a partir de um determinado ponto de partida ou de referencia;
- Selecionou-se aleatoriamente o número para determinar o intervalo de selecção;
- Selecionaram-se os entrevistados utilizando o método de “Kish”. Este método permite identificar qual dos membros do agregado será entrevistado, entre os que têm 18 anos ou mais, de ambos os sexos.

Para efeitos desta pesquisa, foram consideradas “urbanas” as populações das sedes municipais e aldeias num raio de 4 km, juntando-se ao contingente populacional da cidade capital; e foram consideradas “rurais” as populações das aldeias situadas a mais de 4 quilómetros em torno das sedes municipais.

2.6 Recolha dos dados em Luanda e no Bié

Em Luanda, os dados foram recolhidos entre 11 a 13 de Julho, ao passo que no Bié, tal ocorreu entre 14 a 16 do mesmo mês.

Quanto aos locais, a amostra urbana foi recolhida no Município da Maianga, na intersecção entre os bairros Alvalade e Catambor. A amostra suburbana foi recolhida no Município do Cazenga, concretamente nas imediações da Administração Municipal e por detrás da FILDA. Quanto à amostra suburbana, esta foi recolhida no município da Viana, no Quilómetro 30, Bairro Quilamba, com uma população constituída maioritariamente de “Deslocados Internos”.

As questões de distância têm igualmente de ser consideradas como tendo uma influência na velocidade do trabalho de pesquisa. O aeroporto do Bié estava encerrado por ocasião da pesquisa, o que implicou a viagem por terra a partir do Huambo, num percurso de 150 quilómetros em estrada não asfaltada.

O Bairro Catraio é caracterizado por um elevado índice de pobreza, inadequadas e/ou insuficientes infraestruturas sociais, especialmente em relação a escolas, serviços de saúde e água potável; a população local dedica-se a actividades de subsistência familiar, especialmente ao comércio informal, complementado para alguns com empregos na função pública e estudos entre os mais jovens. A terceira equipa partiu para o Kunhinga, onde a aplicação do questionário foi igualmente bem sucedida.

Para controlo de qualidade da amostra e revisão metodológica dos trabalhos havia, todos os dias, depois da aplicação das entrevistas, um encontro de avaliação metodológica entre os entrevistadores, os líderes de equipa e a coordenação do projecto.

Houve informações por parte de entrevistadores envolvidos em pesquisas anteriores de que, devido à sensibilidade da temática de eleições e ao trauma de 1992, alguns entrevistados se recusaram a responder aos inquéritos. Por exemplo, uma das pesquisas anteriores sobre a temática das eleições aponta para 6,3% de recusas de um universo de 4300 inquéritos realizados em sete províncias.¹ Eventualmente, o progresso alcançado no presente projecto pode ser relativo aos seguintes factores:

- Ter sido uma instituição católica a conduzir as entrevistas (Universidade Católica);

¹ Relatório do Inquérito de Opinião sobre as “Percepções dos Angolanos em relação às Próximas Eleições”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Económica e Social (A-IP) para o *Instituto Republicano Internacional* (IRI), Luanda, 2003.

- Ter-se trabalhado de forma muito próxima às autoridades tradicionais, sendo que elas ajudaram a fazer a apresentação dos entrevistadores à população (casos concretos do Bairro Quilamba, no município de Viana, em Luanda) e dos Bairros Catraio, no Kuito e nos arredores da sede municipal do Kunhinga;
- Os cidadãos terem vindo a ser expostos, nos últimos tempos, a muitos inquéritos, especialmente em Luanda, o que eventualmente os familiarizou mais com a participação em pesquisas;
- Os líderes de equipa conheciam muito bem as zonas de pesquisa e as metodologias de interacção com as autoridades tradicionais e a população em geral. Isto constituiu, seguramente, uma “mais-valia” para o sucesso da pesquisa.

2.7 Resumo do trabalho de campo

Foram planificadas 100 entrevistas durante a pesquisa. O quadro abaixo ilustra a distribuição da recolha de dados nos municípios incluídos na pesquisa.

Luanda		
<i>Município</i>	<i>Previsão</i>	<i>Realizadas</i>
Maianga	10	10
Cazenga	20	20
Viana	20	20
Bié		
<i>Município</i>	<i>Previsão</i>	<i>Realizadas</i>
Kuito e Catraio	30	31
Cunhinga	20	20
Total	100	101

No fim, 40% das entrevistas foram realizadas nas zonas rurais, 40% nas zonas peri-urbanas e 20% na zona urbana de cada província.

3. Análise

Esta secção baseia-se na análise e interpretação dos resultados das entrevistas em Luanda e no Bié, constituindo-se no núcleo basilar da pesquisa. Nessa esteira, esta secção é constituída das seguintes partes: variáveis de referência onde se descrevem os entrevistados, a percepção de ter sido afectado pela crise pós-eleitoral de 1992, as fontes de informação do povo sobre as próximas eleições, o estado da confiança/desconfiança nas instituições, as opiniões e receios face ao cenário das eleições de 1992 e ao seu eventual impacto nas de 2008

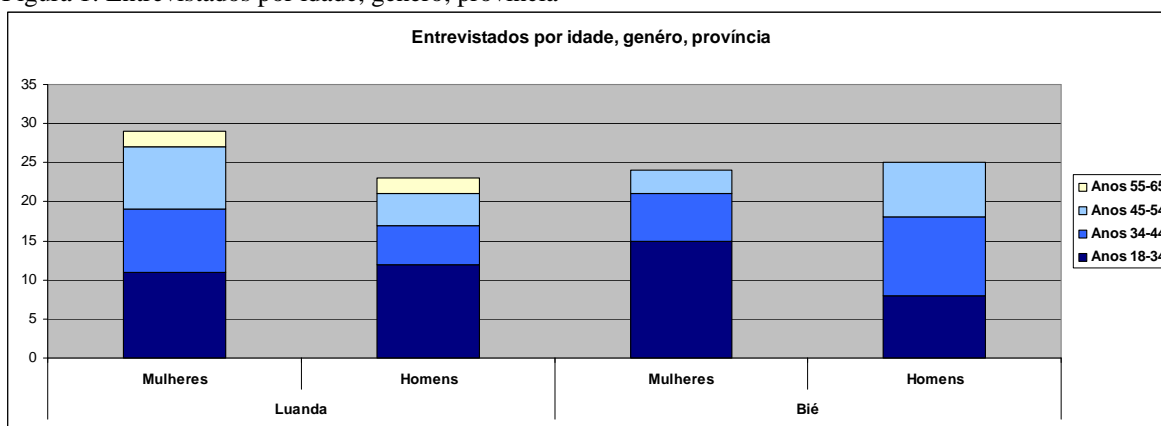
3.1 Variáveis de referência

Esta subsecção apresenta o quadro de quem são os entrevistados da pesquisa, seguida das questões de quem vai votar nas eleições de 2008, se pretende votar no mesmo partido em que votou em 1992, da parte dos que estavam em idade de legal. Inquiriu-se ainda sobre as razões pelas quais alguns dos eleitores não pretendiam.

3.1.1 Descrição dos entrevistados

Este estudo teve como objectivo analisar o impacto do resultado das eleições de 1992 (o retorno à guerra civil) sobre as eleições legislativas de Setembro de 2008. Para poder avaliar a validade e a representatividade do estudo, começámos por dar a conhecer os nossos entrevistados. Foram 101 entrevistados no total, residentes nas províncias de Luanda e do Bié, que foram afectadas diferentemente pelos eventos de 1992 e os que se seguiram. O “preço” da guerra civil foi mais fortemente sentido no Bié, enquanto consequências menos severas (menos directas) foram sentidas em Luanda.

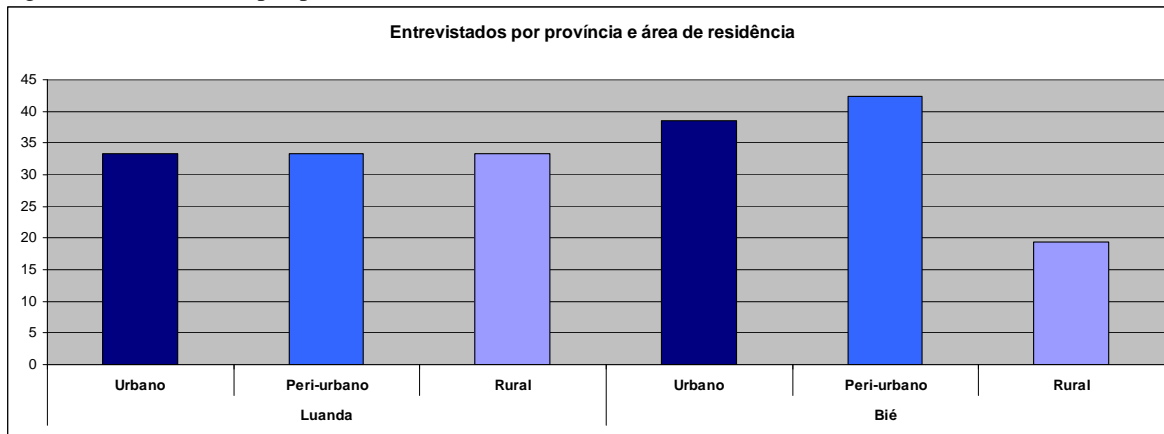
Figura 1: Entrevistados por idade, género, província



A tabela acima indica que a composição dos entrevistados está distribuída uniformemente entre as duas províncias, porque há 52 entrevistados de Luanda e 49 do Bié. A distribuição é, também, relativamente igual entre homens e mulheres nas duas províncias. Há, entretanto, mais seis mulheres do que homens no grupo de entrevistados do Bié. Há 15 mulheres e somente oito homens no grupo dos novos eleitores no Bié, e 10 homens e somente seis mulheres na faixa etária dos 35-44

anos. Observamos, igualmente, que há somente quatro entrevistados no grupo de idade entre os 55 a 65 anos, todos residentes na província de Luanda.

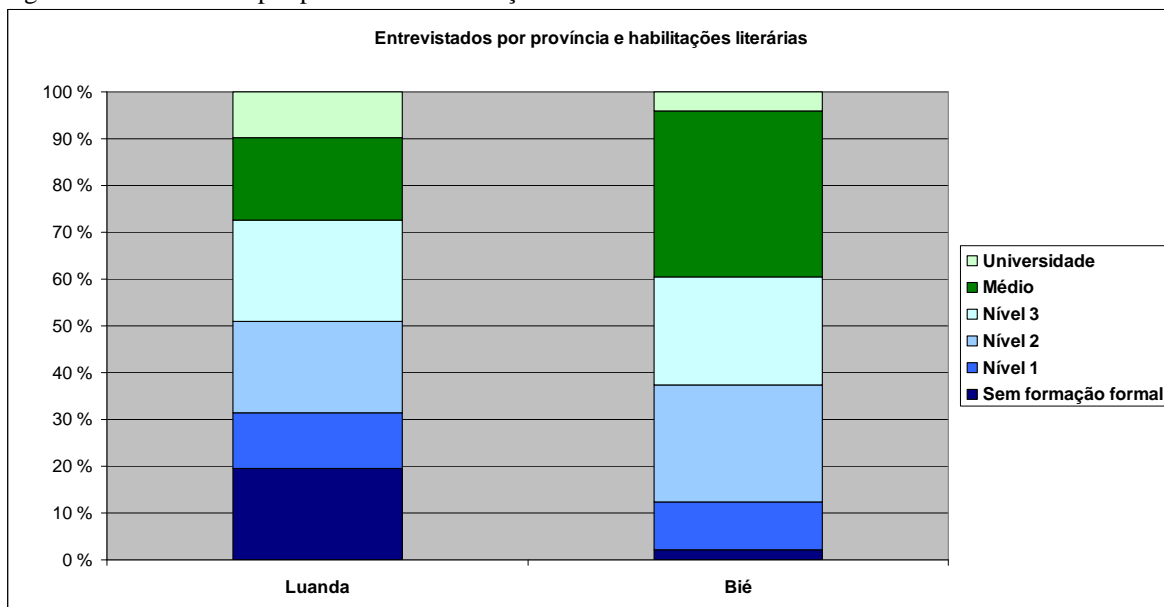
Figura 2: Entrevistados por província e área de residência



Os entrevistados vivem em diversas áreas. Em Luanda, a distribuição é de um terço para cada área (urbana, periurbana, e rural), no Bié 42% (a maioria) vive em áreas periurbanas, enquanto 39% vivem na área urbana e 19% vivem em áreas rurais.

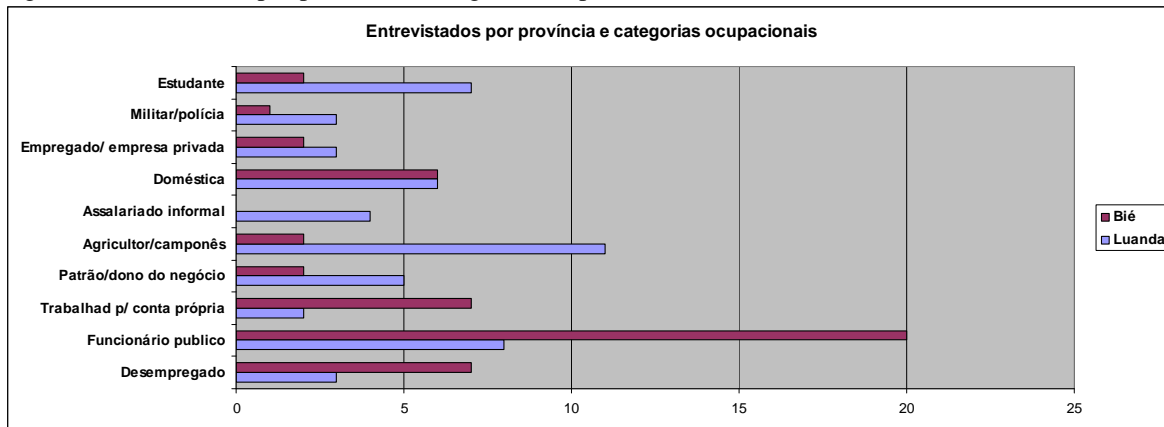
Embora *a priori* não haja nenhuma base para acreditar que há grandes diferenças devidas à área de residência, urbanas, periurbanas ou rurais, pode considerar-se que o acesso à informação é mais fácil nas áreas urbanas, dado o estado da infra-estrutura física, da infra-estrutura de comunicação, da disseminação dos jornais ou do grau de instrução, embora no caso da nossa amostra isso não tenha acontecido, uma vez que o gráfico abaixo mostra uma maior percentagem de pessoas sem formação formal na amostra de Luanda comparativamente à do Bié).

Figura 3: Entrevistados por província e habilitações literárias



Vemos na tabela 3 que as diferenças mais notáveis entre os entrevistados das duas províncias se manifestam em relação ao nível médio da categoria “instrução” (entre o nível básico 3 e a universidade). Na nossa amostra, há 17 entrevistados com instrução de nível médio no Bié e somente 9 em Luanda, o que torna a amostra do Bié muito sobre-representada no que respeita à instrução de nível médio (em comparação a Luanda e em comparação à média nacional). Além disso, o número de pessoas na amostra sem ensino convencional é muito mais elevado em Luanda do que no Bié, o que acentua mais o viés.

Figura 4: Entrevistados por província e categorias ocupacionais



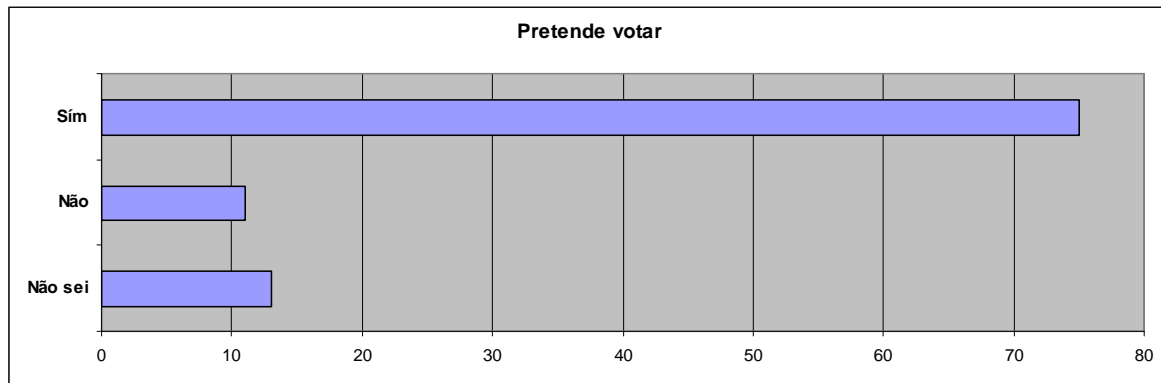
Na tabela acima, observamos que não há ninguém empregado no sector informal no Bié, o que constitui uma sub-representação na nossa amostra porque provavelmente existe uma maior percentagem de pessoas que no Bié trabalham no sector informal. Mais, existem diferenças notórias entre as duas regiões na categoria ocupacional “funcionário público”, onde há 20 no Bié e somente oito em Luanda; e também na categoria camponês/agricultor com 11 em Luanda e somente dois no Bié.

Isto significa que os agricultores/camponeses estão bastante sub-representados no Bié, e que a categoria de funcionários públicos está muito sobre-representada no Bié (como as pessoas com nível médio de instrução, que na sua maioria são as mesmas pessoas). O fato de que pessoas com nível médio de instrução e funcionários públicos estejam sobre-representados entre os nossos entrevistados no Bié, é algo que teremos em conta / sob controlo em outros momentos da seguinte análise.

3.1.2 Quem vai votar?

Na nossa pesquisa, perguntámos se as pessoas iriam votar nas próximas eleições (eleições legislativas de 5 de Setembro de 2008).

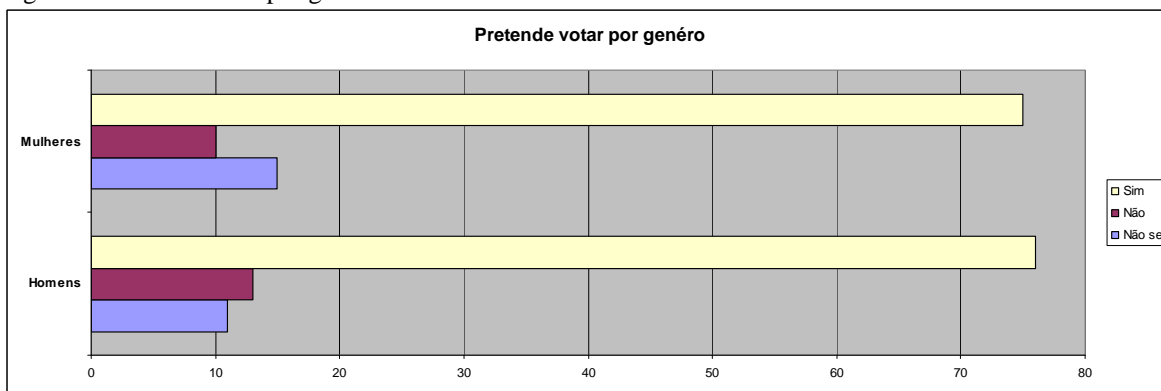
Figura 5: Pretende votar



Os resultados mostraram que a grande maioria dos entrevistados na pesquisa pretendia votar (76% da amostra). Somente 11% disse que não votaria e 13% mostrava-se indecisa. Estes resultados correspondem aos números das eleições: dos 8.3 milhões de eleitores registados cerca de 90% votaram).

A pesquisa anteriormente referida, realizada em 2003,² indicava que cerca de 68% dos entrevistados manifestavam a sua intenção de votar nas próximas eleições, 6,3% afirmava que não votaria, sendo a percentagem de indecisos de 22,8%. A comparação destes dois momentos pode ser interpretada como representando uma redução tanto do número de indecisos quanto dos que então afirmavam que não iriam votar, a favor do exercício do voto. Esta motivação pode ser atribuída a uma maior importância ao acto de votar provavelmente em resultado do desanuiamento do ambiente pós-guerra civil.

Figura 6: Pretende votar por género

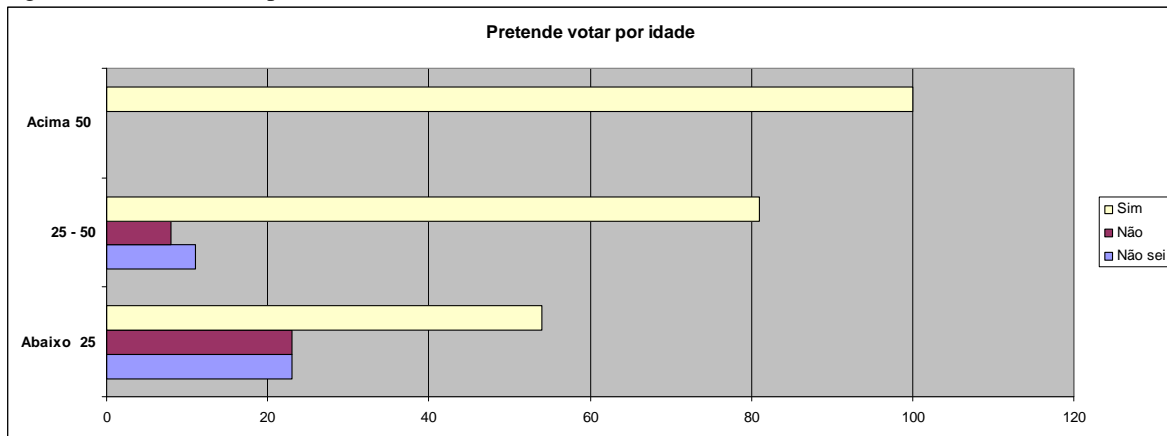


Na tabela acima, os resultados por género indicam que mulheres e homens votarão numa percentagem muito próxima (75 contra 76%); contudo, um pouco mais de homens do que mulheres estão decididos a não votar, e um pouco mais de mulheres do que homens mostram indecisão. As diferenças são pequenas.

Na referida pesquisa de 2003, as percentagens obtidas de 74% dos homens e 66.1% das mulheres declarando que iriam votar, já sugeriam um aumento na predisposição das mulheres em participarem no processo eleitoral, confirmando o interesse demonstrado em 1992.

² Ibid.

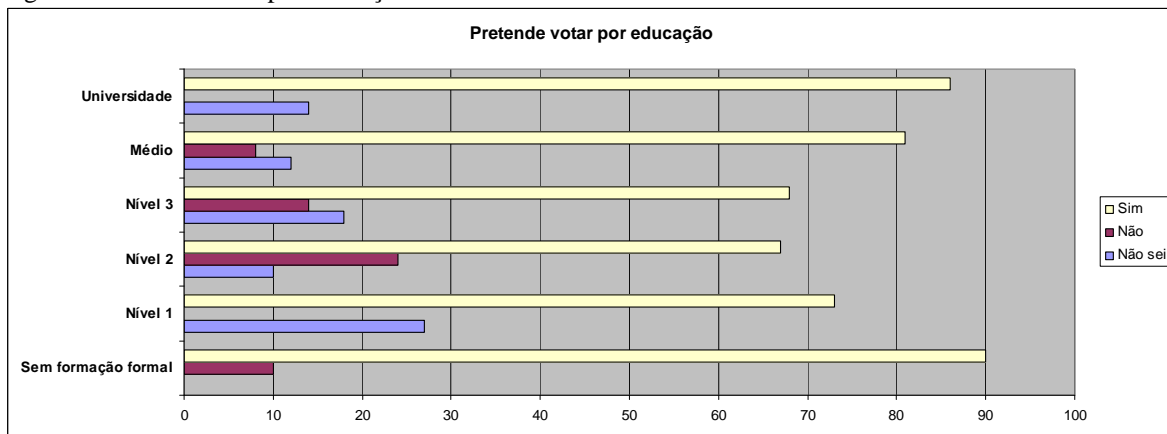
Figura 7: Pretende votar por idade



Por idade, a tabela acima indica que todas as pessoas incluídas na nossa amostra com mais de 60 anos estavam decididas a votar! Nenhuma incerteza neste grupo etário. As pessoas entre 26-60 anos mostravam algumas incertezas (11%) e alguns não votariam (8%); entre os jovens, abaixo de 26 anos, uma percentagem bastante mais baixa (54%) afirmava que iria votar. Para além disso, mais frequentemente que os demais grupos etários, os jovens diziam que não iriam votar ou mostravam indecisão (23 e 23%, respectivamente).

Na pesquisa anterior,³ os níveis de indecisão dos três grupos etários eram muito próximos: na faixa etária de “mais de 50 anos” era de 23%, “entre 26 e 50 anos” era de 23%, e de 25% para o grupo “com 25 anos ou menos”. Os decididos a não votar em 2003, pelos mesmos grupos etários e na mesma ordem, obtiveram as percentagens de 4%, 6% e 8%, respectivamente.

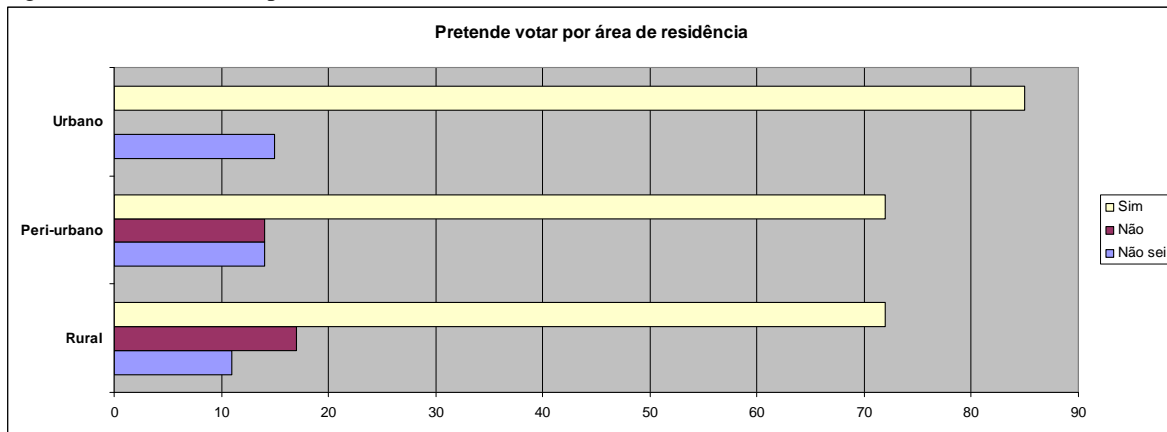
Figura 8: Pretende votar por educação



Por nível de instrução, a tabela acima indica, basicamente, que quanto mais elevado o nível de instrução mais as pessoas se mostravam decididas a votar. Ou seja, a tabela indica que quanto mais baixo o nível de instrução mais as pessoas se mostravam inseguras em relação à votação e mais elevada é a percentagem de pessoas que decidiram não votar. Interessante é verificar que as pessoas sem instrução formal mostravam-se relativamente mais decididas a votar do que as pessoas que possuem apenas o nível primário de instrução.

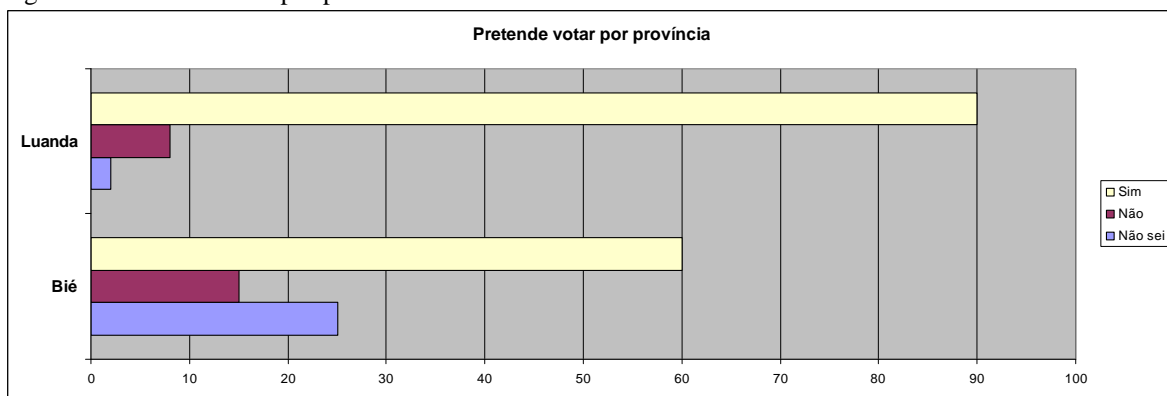
³ Ibid.

Figura 9: Pretende votar por área de residência



Em termos de população urbana versus população rural da amostra, a tabela acima indica que as pessoas que vivem em áreas urbanas iriam votar (85%), nenhum entrevistado urbano afirmou que não votaria, e 15% estavam indecisos. As pessoas da área periurbana apresentavam opções idênticas às da população rural: íam votar (72%) mas não se mostravam tão decididas quanto as da área urbana. Aproximadamente 15% das pessoas em áreas periurbanas e rurais afirmaram que não votariam. A tabela acima mostra as percentagens em cada área de residência.

Figura 10: Pretende votar por província

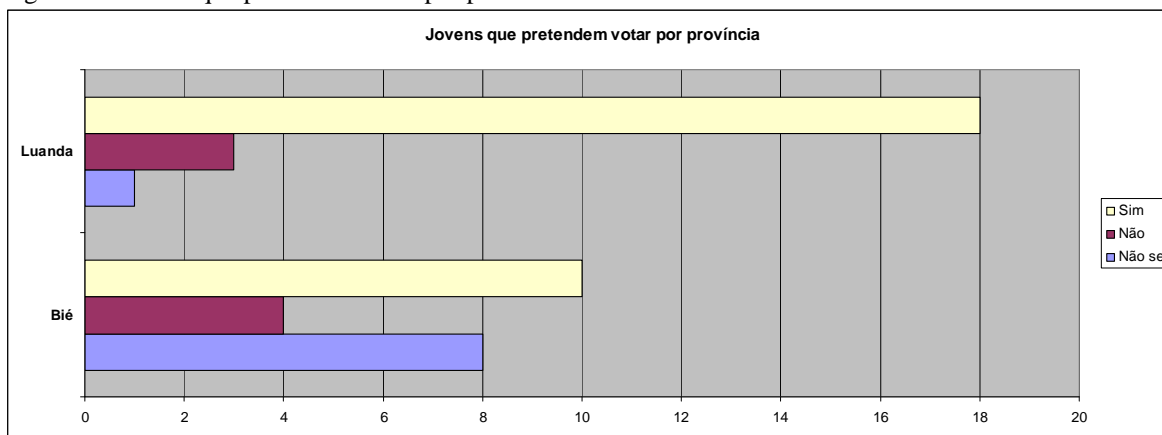


A tabela acima indica uma diferença notável entre as duas províncias incluídas na pesquisa: as pessoas que vivem em Luanda estavam muito mais decididas a votar do que as pessoas no Bié (90 contra 60%); e as pessoas no Bié mostravam-se mais inseguras em relação à votação (25 contra 2%) ou mais decididas a não votar (15 contra 8%). Estes resultados provavelmente reflectem uma maior tensão entre os dois principais contendores na província de Bié.

Na pesquisa de 2003,⁴ o padrão de resposta dos entrevistados sobre a decisão de votar nas próximas eleições foi idêntico entre Luanda e as Outras Províncias, e em 1992, o padrão de participação também havia sido idêntico entre os entrevistados.

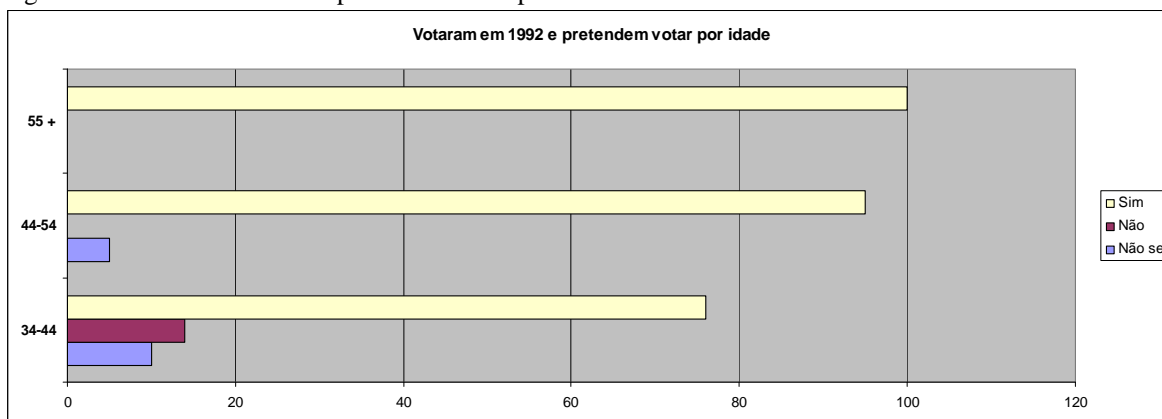
⁴ Ibid.

Figura 11: Jovens que pretendem votar por província



Mais, cruzando os resultados por província e por idade, podemos ver que os jovens (18-34) do Bié estavam muito mais indecisos e menos dispostos a votar do que os seus contrapartes em Luanda. 18 dos 22 jovens em Luanda disseram que votariam (três não iriam votar e um estava indeciso), enquanto apenas 10 dos 22 jovens do Bié disseram o mesmo, que iriam votar (quatro não votariam e oito estavam indecisos).

Figura 12: Votaram em 1992 e pretendem votar por idade

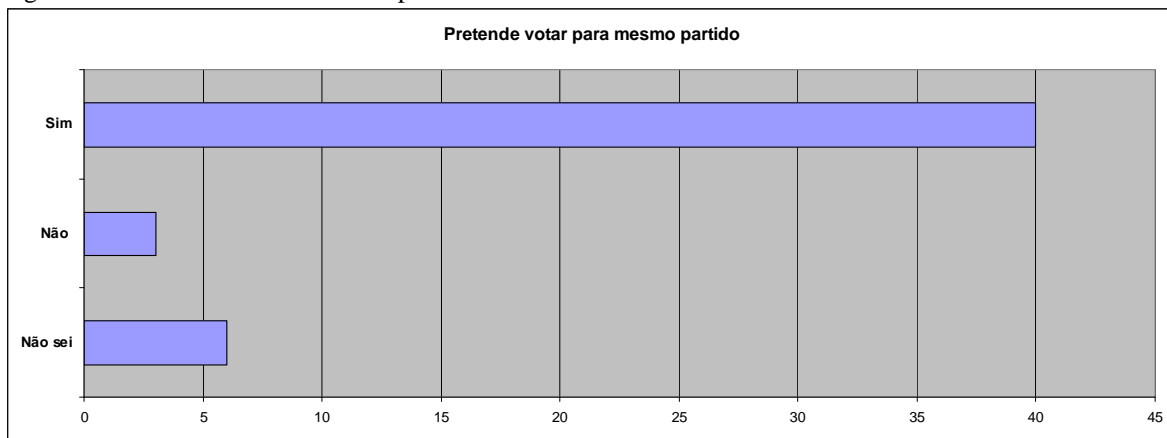


Também perguntámos se as pessoas votaram em 1992. Da amostra, é praticamente igual o número dos que votou, ao dos que não votou, em 1992 (51 contra 50). Estes resultados sinalizam a juventude da maior parte da população angolana. Dividindo por grupos etários os eleitores de 1992 que disseram que votariam em 2008 (não considerando as pessoas com menos de 34 anos porque não poderiam ter votado em 1992), a sub-amostra assim constituída não apresenta resultados muito diferentes da amostra completa (veja a tabela acima e a figura 7 da página 12).

Daqueles que votaram em 1992, o grupo mais velho (acima de 55) estava 100% seguro que votaria em 2008. O grupo de meia-idade (45-55) estava um pouco mais inseguro (cinco indecisos) e o grupo mais jovem (34-44) estava relativamente mais inseguro (14 não votariam, 10 estavam inseguros).

3.1.3 Pretende votar no mesmo partido

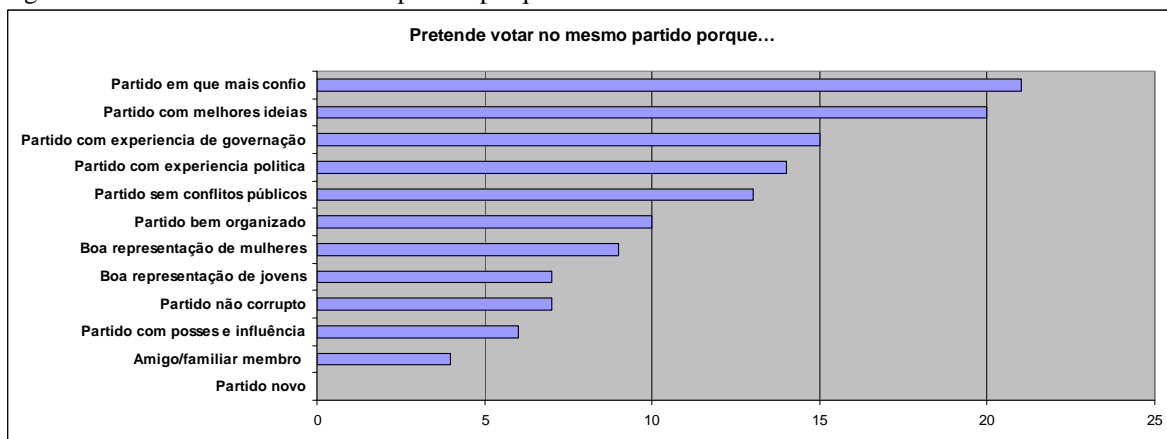
Figura 13: Pretende votar no mesmo partido



Pretendiam as pessoas votar no mesmo partido? De acordo com as pessoas que responderam à pergunta, 40 disseram que sim; somente três disseram que não, e seis não sabiam. Isto contrasta completamente com os resultados reais das eleições; o MPLA, partido no poder, aumentou os seus votos de 54% em 1992 para quase 82% em 2008, e a UNITA, o maior partido da oposição, reduziu seus votos de 34% em 1992 para somente 10% em 2008. Embora alguma desta mudança possa ser atribuída aos novos eleitores (muitos jovens), os números das eleições indicam uma percentagem maior de pessoas que mudaram o seu voto (da oposição para o partido no poder).

Na pesquisa de 2003,⁵ quase 10% dos entrevistados afirmaram que não votariam no mesmo partido político, indicando uma ruptura partidária assumida.

Figura 14: Pretende votar no mesmo partido porque...

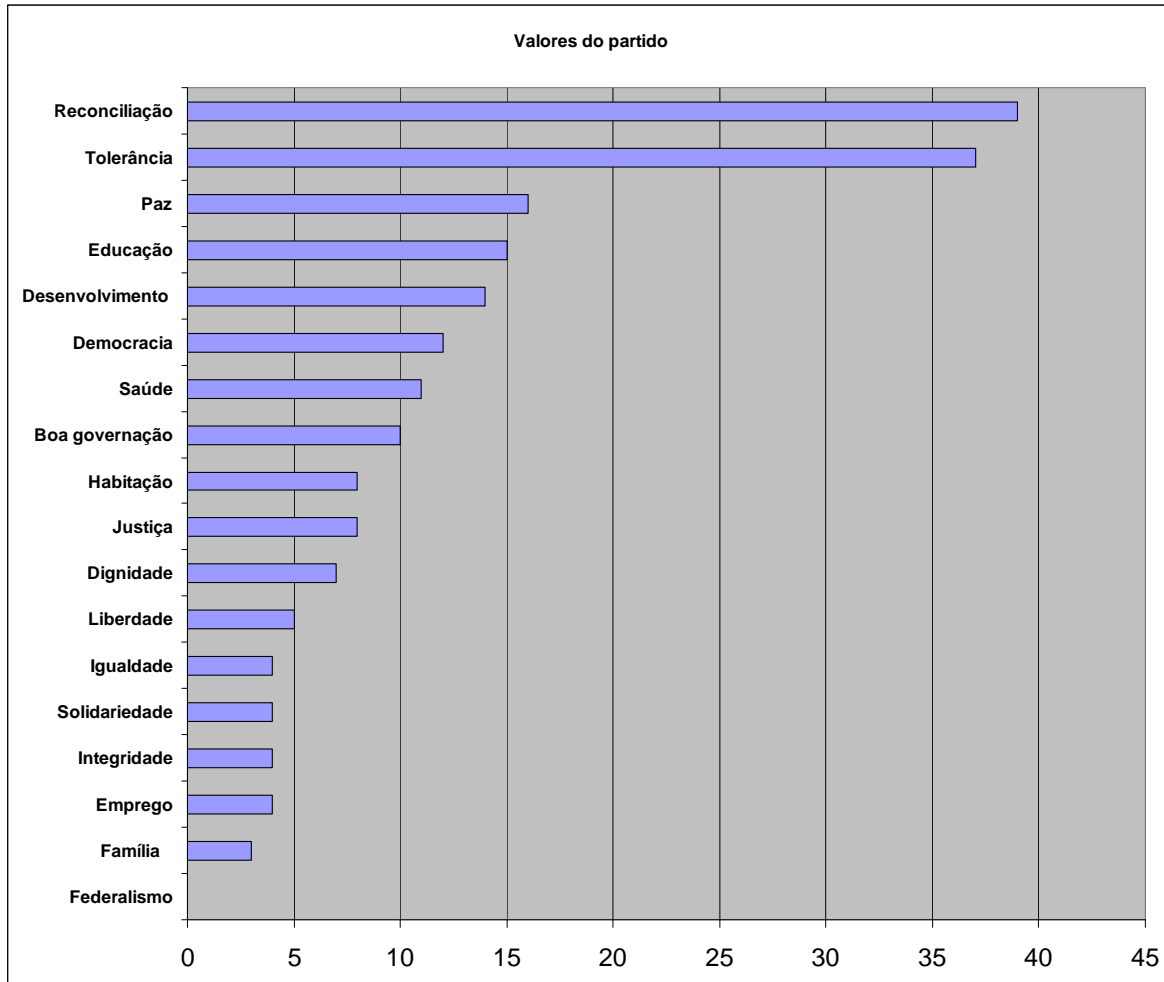


Aqueles que disseram que votariam no mesmo partido, justificavam que esse partido é aquele em que confiavam mais, o que apresentou as melhores ideias (21 e 20 entrevistados) e também por ser um partido com experiência de governo e experiência política (15 e 14 entrevistados). A inexistência de conflitos internos foi, também, relativamente importante para a escolha do partido

⁵ Ibid.

(13 entrevistados) e ser bem organizado (10 entrevistados). Ninguém referiu que votaria num partido por ser novo!

Figura 15: Valores do partido

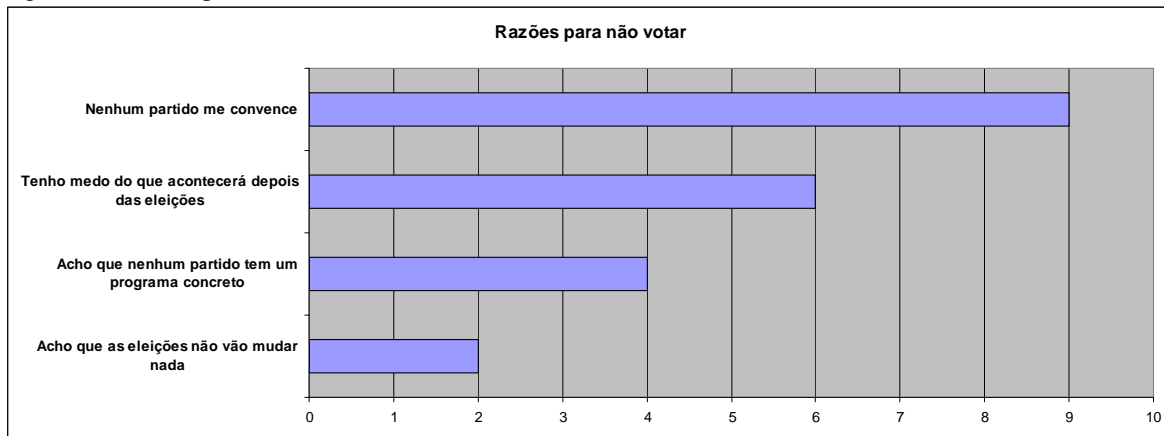


Relativamente aos valores que as pessoas afirmavam ver reflectidos nas mensagens transmitidas pelos seus partidos preferidos, a reconciliação e a tolerância foram considerados os mais importantes. Isto é compreensível num país que teve uma longa guerra civil. A paz foi igualmente importante, seguida por valores políticos como a educação, o desenvolvimento, a democracia e a saúde. O emprego e a família não foram muito preferidos e, bastante curioso, o federalismo não teve nenhuma prioridade, apesar de ser um ponto forte defendido pelos mais importantes partidos da oposição.

3.1.4 Quem não pretendia votar?

Na presente pesquisa, também foram perguntados aos 11% que disseram não pretender votar, o porquê dessa decisão.

Figura 16: Razões para não votar



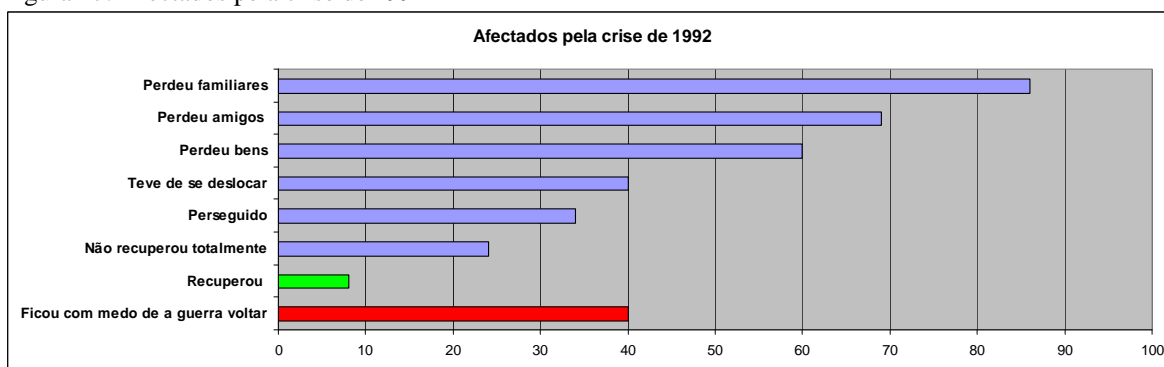
Das pessoas que afirmaram não votar em 2008, justificavam-no principalmente porque nenhum partido foi convincente (nove pessoas) e porque estavam receosas do que poderia acontecer após as eleições (seis pessoas). Alguns disseram, também, que nenhum partido tinha um programa concreto, e que as eleições não mudariam nada (quatro e dois entrevistados). Esta lista de razões não é exaustiva, mas é interessante notar que algumas pessoas não pensavam votar porque estavam receosas.

3.2 Afectadas pela crise de 1992?

É consenso fundado de que a crise eleitoral de 1992 e a guerra que se lhe seguiu marcou de forma profunda a sociedade angolana, deixou um rastro de memórias dolorosas e continuará a ser uma referência por tempo considerável.

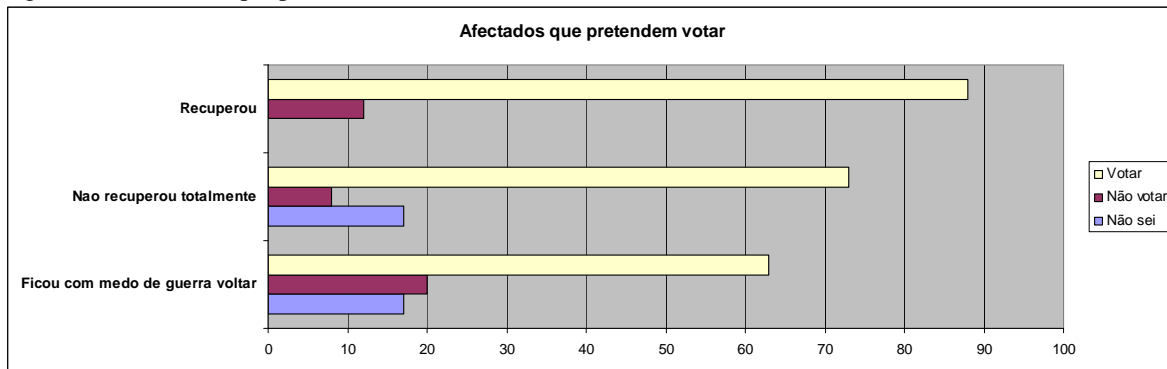
Nessa esteira, a pesquisa procurou saber de que forma as pessoas haviam sido afectadas pela crise que se seguiu às eleições de 1992. As respostas mostram bem as dolorosas consequências da crise.

Figura 17: Afectados pela crise de 1992



86 dos 100 entrevistados perderam a família durante a guerra civil que se seguiu às eleições de 1992; 69 perderam amigos, 60 perderam as suas propriedades, 40 foram deslocados, e 34 foram perseguidos. 24 pessoas relataram que não tinham recuperado desses efeitos. Apenas oito pessoas disseram que tinham recuperado completamente. Mais, 40 dessas pessoas afirmaram que estavam receosas que algo idêntico pudesse acontecer outra vez (“ficou com medo de a guerra voltar”).

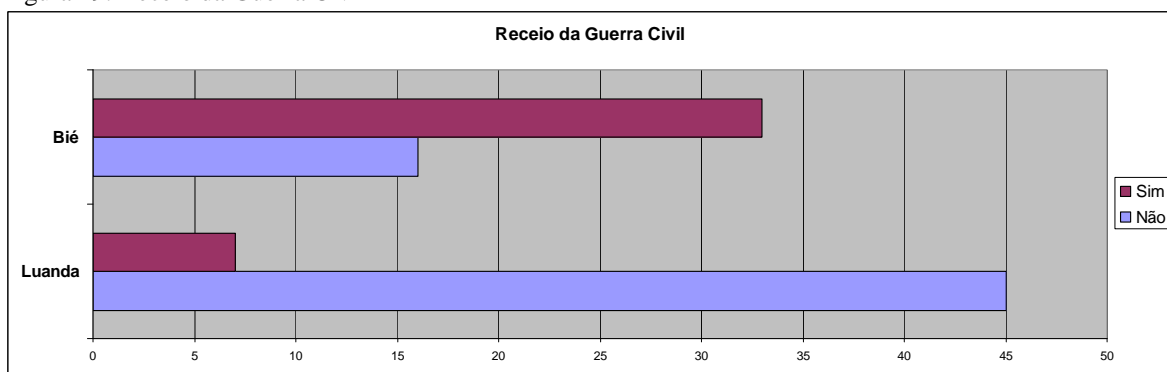
Figura 18: Afectados que pretendem votar



Olhando para as pessoas que disseram ter recuperado e para as que disseram não ter recuperado, e os que disseram estar receosos de uma repetição, podemos ver que as pessoas que recuperaram iriam votar em maior percentagem do que as pessoas que ainda não se recuperaram. Os últimos mostraram-se igualmente mais indecisos em relação à votação. As pessoas que disseram estar receosas de uma repetição da guerra civil mostravam-se ainda menos dispostas a votar e mais decididas a não votar.

Para os grupos com diferentes tipos de sofrimento durante a última guerra civil, as diferenças não são significativas no que respeita à decisão de votar.

Figura 19: Receio da Guerra Civil



Das pessoas que afirmaram estar receosas que uma guerra civil pudesse recomeçar após as eleições (“ficou com medo de um dia a guerra voltar de novo”), no Bié as pessoas mostraram-se muito mais receosas do que as pessoas em Luanda.

Os resultados do estudo realizado em 2003⁶ mostravam que 61% dos entrevistados consideravam a guerra como um factor que pode influenciar o voto; 29% pensavam que o resultado das eleições de 1992 – o retorno à guerra civil - poderia influenciar o voto, e para 40%, o que ouviram e viram, influenciaria o seu voto.

3.3 Fontes de informação

A experiência de processos eleitorais demonstrou que as fontes de informação, constituídas eminentemente pelos media, aumentam o conhecimento público sobre as eleições, os candidatos e

⁶ Ibid.

as suas propostas e que isto ajuda o eleitor a fazer uma escolha informada. Esta subsecção apresenta fundamentalmente os meios de comunicação ao alcance dos entrevistados e as fontes em que se baseiam para se informarem sobre o processo eleitoral de 2008.

Nesta pesquisa procurou-se saber a que fontes de informação os entrevistados tinham acesso, e aquelas em que mais confiavam, para se manterem a par do desenrolar do processo eleitoral, para construir as suas opiniões, formularem as suas expectativas e, em função disso, tomarem as decisões mais adequadas em relação à sua actuação nas eleições legislativas enquanto eleitores registados.

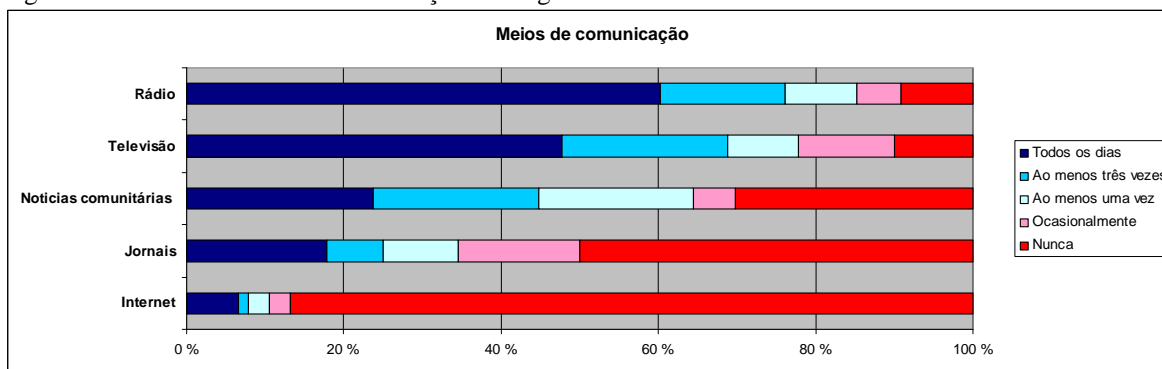
Os resultados do inquérito de 2003⁷ indicavam que, de uma forma geral, o acesso dos cidadãos à informação veiculada pelos órgãos de comunicação social era deficiente. Cerca de 30% dos cidadãos não tinham, numa base semanal, acesso à informação, seja via rádio, jornal ou televisão, enquanto que apenas 3% dos cidadãos tinham acesso a informação, a partir destes três órgãos, numa base diária. De uma forma geral, constatou-se que existia um nível alto de incerteza ou de falta de conhecimento quanto à neutralidade da comunicação social durante a fase das eleições, já que cerca de dois quintos dos entrevistados não emitiram opinião. Os níveis de acesso à informação e os níveis de incerteza sob a neutralidade dos meios de comunicação durante as eleições, estavam positivamente correlacionados.

O nível de confiança dos cidadãos entrevistados nos jornalistas era substancialmente baixo pois 60% dos entrevistados com acesso à informação em Luanda, e metade nas Outras Províncias, revelaram que não iriam confiar ou iriam confiar pouco naquilo que os jornalistas mostram, dizem ou escrevem. A percepção da falta de neutralidade da comunicação social no tratamento de matérias relacionadas com o próximo processo eleitoral, aumentava com o nível de escolaridade do indivíduo. Os contrastes entre órgãos de comunicação social públicos e privados, por um lado, e entre Luanda e Outras Províncias, por outro, eram idênticos aos encontrados no cruzamento dos dados envolvendo o acesso à informação.

Os resultados apresentados sugeriam que qualquer estratégia de disseminação de informação durante o processo eleitoral, que se pretenda a mais abrangente possível, deveria ser orientada para a rádio. Apesar disto, o acesso à rádio nas Outras Províncias não era generalizado pois enquanto em Luanda apenas cerca de 18% dos entrevistados não ouviam sequer rádio, nas Outras Povíncias quase metade não ouvia rádio. Os dados apontavam, então para os riscos de que uma importante parte da população eleitoral ficar sujeita à manipulação de informação, tendo em conta os níveis significativos de analfabetismo e baixo nível de escolaridade generalizado.

Devido a este histórico, considerou-se fundamental avaliar as percepções actuais dos eleitores em relação ao papel dos meios de comunicação na formação de opinião em relação às eleições e quais as fontes alternativas mais confiáveis para os eleitores.

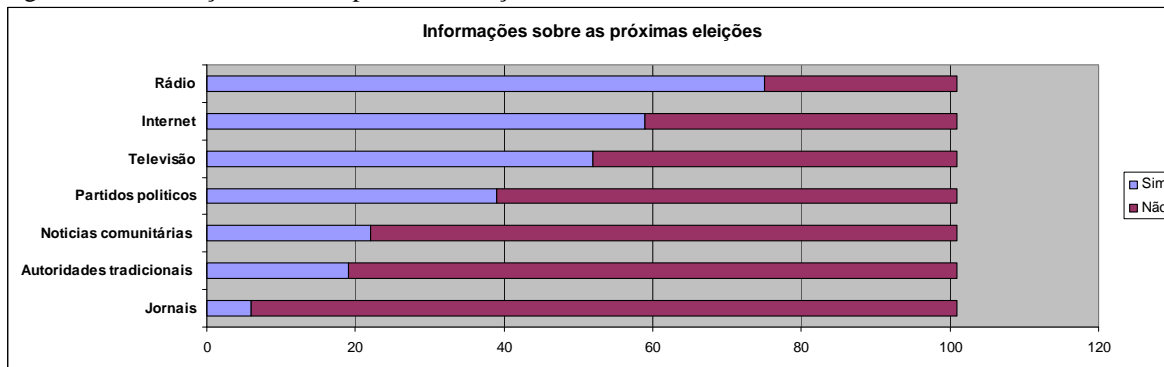
Figura 20: Acesso a meios de comunicação ao longo de uma semana



⁷ Ibid.

De onde as pessoas recebem a informação? De uma maneira geral, as pessoas que participaram na pesquisa afirmaram que a rádio é a fonte de informação usada com mais frequência, seguida da TV. A comunicação dentro da comunidade também foi considerada importante, mas os jornais e principalmente a internet, foram as fontes de informação usadas com menos frequência.

Figura 21: Informações sobre as próximas eleições

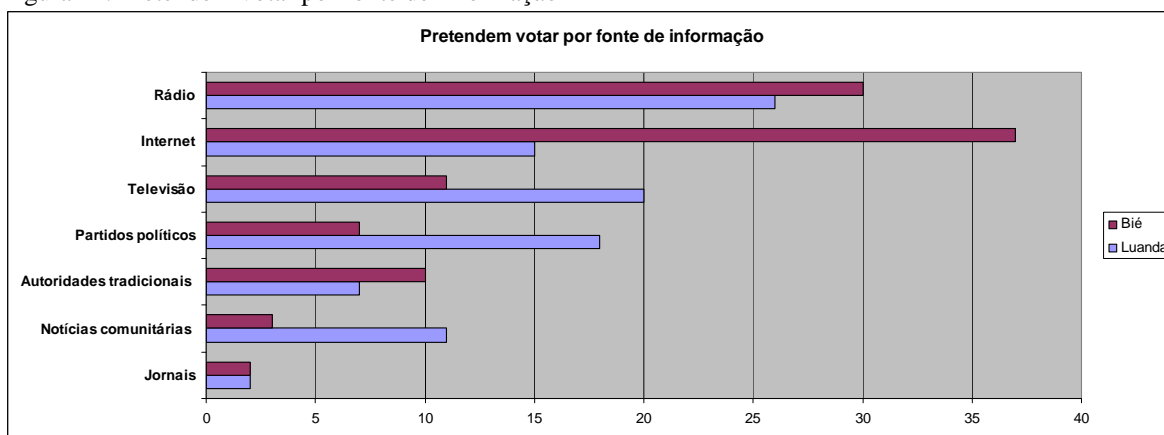


Mais especificamente, perguntámos de onde as pessoas obtinham a informação relacionada com as próximas eleições. As fontes de informação para as eleições de Setembro foram algo diferentes das fontes de informação usuais. A rádio revelou-se a fonte de informação mais importante também para a informação sobre as próximas eleições, mas os próprios partidos políticos e a Internet foram, igualmente, importantes fontes de informação sobre as eleições (na opinião de 59 e 52 dos entrevistados, respectivamente). A televisão foi usada por metade dos entrevistados, mas a informação na comunidade (notícias comunitárias) e as autoridades tradicionais usadas por somente 22 e 19 dos entrevistados, respectivamente. Além disso, os jornais não são considerados confiáveis; somente seis entrevistados disseram recorrer aos jornais para obterem informação sobre as eleições.

No estudo realizado em 2003,⁸ em Luanda a família constituía a principal fonte de aconselhamento, seguida dos “mais velhos” e do padre/pastor. Nas Outras Províncias, o soba jogava também o mesmo papel.

As respostas obtidas indicam que o padrão das fontes de informação e de aconselhamento se mantém, na generalidade, idênticos aos do estudo anterior.

Figura 22: Pretendem votar por fonte de informação

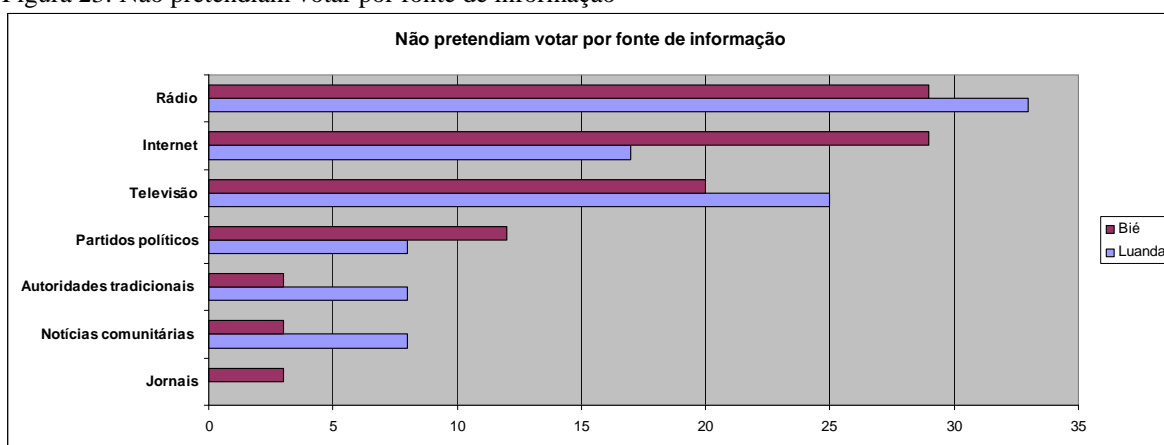


⁸ Ibid.

Relativamente àqueles que pretendiam votar, há razões para acreditar que eles eram os mais bem informados. Contudo, existe uma notória diferença entre as duas províncias. As pessoas em Luanda afirmaram obter informação pela rádio, em primeiro lugar, seguida da TV e, em terceiro lugar, dos partidos políticos (26, 20 e 18%, respectivamente). A internet e as comunidades locais foram, também, fontes de informação relativamente importantes para as pessoas em Luanda (15 e 11%).

No Bié, pelo contrário, a fonte de informação mais importante para as pessoas que pretendiam votar foi a internet (37%). Isto é devido, provavelmente, a um desvio na nossa amostra que acabou sendo desproporcionalmente composta por uma maioria de pessoas empregadas no sector público o que provavelmente lhes proporciona um bom acesso à internet. A rádio foi a segunda principal fonte de informação (30%). A TV, autoridades tradicionais e os partidos políticos foram também relativamente importantes para as pessoas no Bié (11, 10 e 7%). Os jornais não constituem uma fonte de informação importante em nenhuma das províncias.

Figura 23: Não pretendiam votar por fonte de informação



Em termos de fontes de informação, existe um contraste entre os decididos a votar e os decididos a não votar (ou indecisos). Existe também uma diferença entre as duas províncias. As pessoas que decidiram não votar em Luanda afirmaram que obtinham informação da rádio, seguida da TV e, em terceiro lugar, da internet (33, 25 e 17%, respectivamente). Os partidos políticos, as autoridades tradicionais e as comunidades locais vieram a seguir com 8% cada. No Bié, as fontes de informação para as pessoas decididas a não votar eram a rádio e a internet (29% cada), a TV em segundo lugar (20%). Os partidos políticos também constituíram uma fonte de informação relativamente importante para os decididos a não votar (12%).

3.4 Confiança e desconfiança

Esta secção tenta medir os níveis de confiança ou desconfiança dos entrevistados num espectro de instituições, desde as naturais, como a família, passando pelas religiosas, às privadas e públicas, quer a nível nacional, quer a nível regional e internacional.

A reconciliação social em Angola remete à consideração dos meios necessários para a sua viabilização devido à carência, entre outras, de instituições intermediadoras de confiança, capazes de motivar e constranger o comportamento de todos, decisores e cidadãos comuns. Igualmente, a ausência de uma agenda concreta e partilhada na matéria de reconciliação criou um vácuo social no significado da reconciliação durante a fase transicional entre o fim da guerra e a fase de gradual estabilização política e social.

Os níveis de confiança prevalecentes na sociedade angolana parecem muito reduzidos, e os seus efeitos são sentidos no quotidiano, nomeadamente através dos elevados custos de transacção, em virtude da expectativa do não cumprimento dos acordos ou contratos firmados ou apalavrados, e da ineficiência das instituições em geral, designadamente as instituídas do poder de julgar e impor sanções à falta de cumprimento dos compromissos assumidos.

Uma pesquisa sobre as expectativas dos angolanos em relação às próximas eleições, realizada em 2003⁹ já mostrava a existência de “um défice de confiança institucional, em particular nas instituições públicas, que ocuparam as cinco primeiras posições entre as seis menos confiáveis para a resolução dos problemas da população”, “um descrédito nas instituições políticas pela sua incapacidade em influenciar positivamente a solução dos problemas da população” (pp. 60, 61); “os partidos políticos encontram-se no penúltimo lugar das 23 instituições seleccionadas, entre as três mais confiáveis para a resolução dos problemas da população (...) e em que os entrevistados menos confiam para a resolução dos problemas da população, na terceira posição” (pp. 54/55). A pesquisa demonstrou a valorização desproporcionada da família e das igrejas na solução dos problemas da população (p. 9), e identificou níveis diferenciados de confiança institucional entre o centro (Luanda) e a periferia (outras províncias) (p. 9).

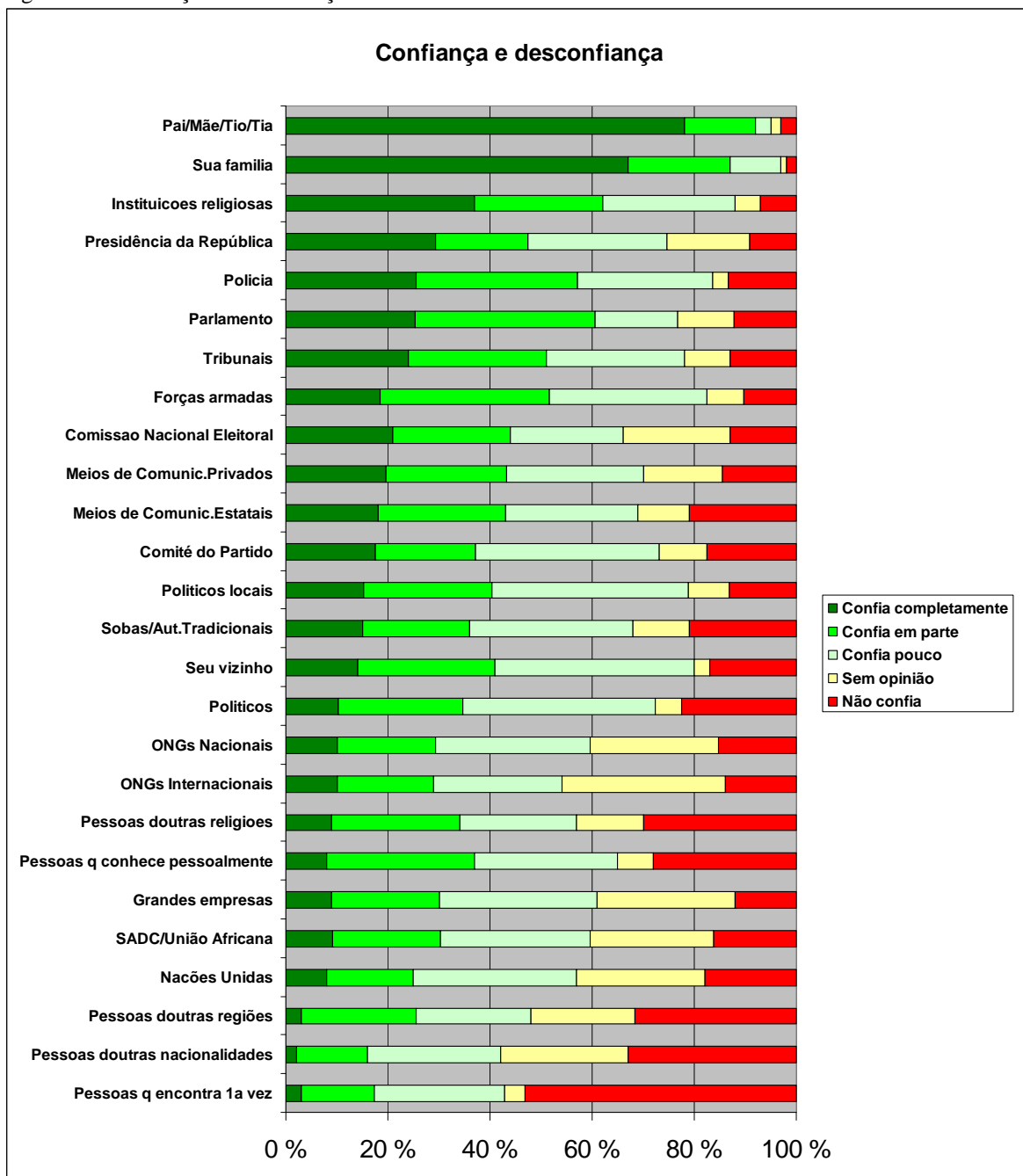
Até que ponto esta situação se teria alterado desde 2003? Para procurar responder a esta questão, a presente pesquisa voltou a colocar aos entrevistados algumas perguntas sobre a confiança, ou desconfiança, que depositavam nas pessoas e nas instituições.

As percepções de confiança nas pessoas e nas instituições, num contexto em que a crise e a instabilidade pós-guerra civil ainda não foram superadas, nem as feridas cicatrizadas, são indicadores incontornáveis para a análise das relações sociais e de poder. Por um lado, o cenário pré-eleitoral de 2008, seis anos após o fim da longa guerra civil, pode caracterizar-se por um crescimento significativo da economia, conforme revela a análise dos indicadores macroeconómicos de Angola, não apenas no sector mineral – petróleo e diamantes -, mas também nos demais sectores.

Contudo, os angolanos apenas beneficiam parcialmente da expansão da economia liderada pelo sector petrolífero, como, apesar da falta de estudos actualizados, parecem indicar os fracos resultados obtidos no combate à pobreza, na redução das desigualdades sociais e na melhoria das condições de vida da população mais pobre. A comparação entre estes dois lados da questão, permite identificar sérias dificuldades em estabelecer as bases de diálogo necessárias para levar a bom termo as negociações que se impõem para alcançar um entendimento mútuo sobre as bases nas quais se deve estabelecer o percurso de Angola rumo ao futuro e os recursos a mobilizar para encetar sustentadamente esse caminho contando, acima de tudo, com as próprias forças, o que significa dizer, investindo os rendimentos da exploração dos recursos naturais que são pertença de todos na criação de melhores condições de vida para todos os angolanos. Por isso, conhecer as percepções dos angolanos em relação à confiança nas instituições e nas pessoas é importante para melhor adequar as propostas de solução políticas e sociais.

⁹ Ibid.

Figura 24: Confiança e desconfiança



Relativamente às instituições em que as pessoas mais confiam e que mais desconfiam, os pais e a família obtiveram mais indicações de confiança e menos indicações de desconfiança (alcançando 78 e 67% de plena confiança e apenas 3 e 2% de desconfiança). As organizações religiosas e o Presidente da República ficaram em segundo e em terceiro lugar, com 37 e 29% de plena confiança e 7 e 9% de desconfiança).

À polícia em 5º e ao Parlamento em 6º seguiram-se, em termos de confiança, instituições estatais como os Tribunais, o Exército e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Os meios de comunicação social foram considerados, também, relativamente confiáveis, mas os meios de comunicação estatais mereceram mais desconfiança do que os privados. O comité do partido (em

geral o comité local do MPLA) e as autoridades locais e tradicionais apareceram a seguir, mas as pessoas expressaram mais frequentemente pouca confiança nas duas últimas instituições do que plena confiança.

Relativamente aos vizinhos e aos partidos políticos, os níveis de desconfiança foram realmente mais elevados do que os níveis de plena confiança. Entretanto, as pessoas mostraram-se bastante inseguras em relação às organizações nacionais e internacionais. No que respeita a outras regiões e aos amigos, as opiniões foram bastante misturadas, com os níveis de desconfiança praticamente alcançando a soma dos níveis de alta e média confiança.

Organizações internacionais de governos, como as Nações Unidas e a SADC, obtiveram elevados níveis de “pouca confiança” e elevados níveis de incerteza. Finalmente, no que respeita a outras regiões, outras nacionalidades e estrangeiros, os níveis de desconfiança foram altos, mais altos do que os níveis de confiança. O nível de desconfiança nos “estrangeiros” foi particularmente alto com 52%.

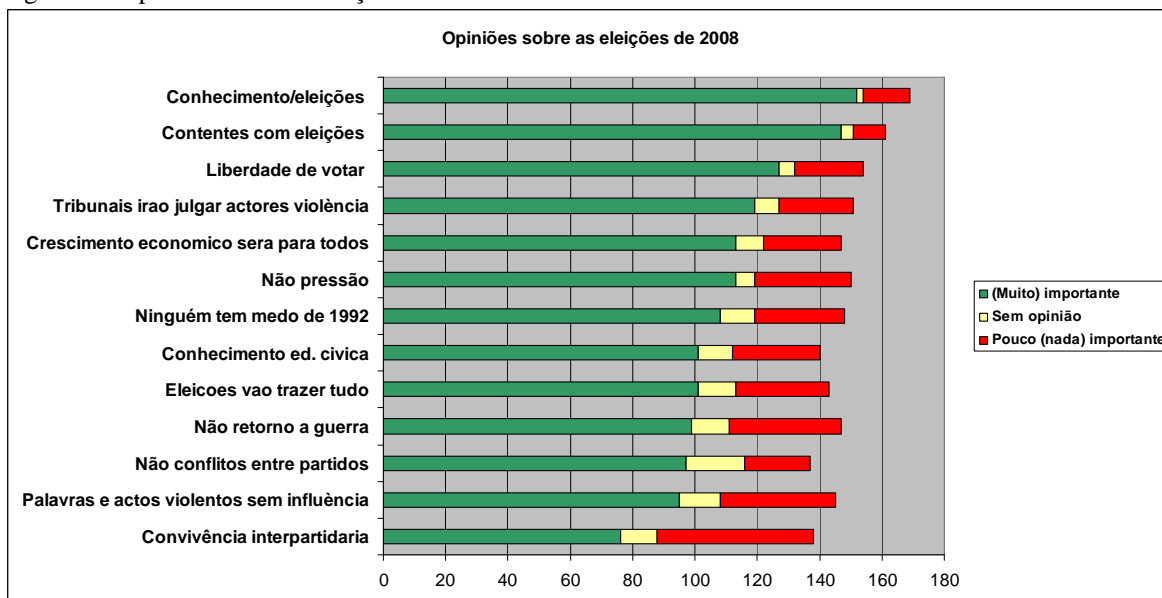
3.5 Opiniões e receios

A presente secção baseia-se num quadro diverso de opiniões dos cidadãos sobre as suas percepções relativas a um conjunto de temáticas, a iniciar pelas eleições de 2008 com referência comparativa às de 1992. A secção apresenta ainda a visão dos entrevistados sobre a democracia angolana, os factores de receio relacionados com o quadro de 1992, ilustra-se ainda a visão dos pesquisados, sobre a reconciliação. Finalmente, os entrevistados apresentam, de forma lapidar, o pobre conhecimento sobre que eleições seriam as de Setembro de 2008.

3.5.1 Opiniões sobre as eleições de 1992 e de 2008

Sobre um conjunto de questões relacionadas com as eleições de Setembro de 2008, os entrevistados demonstraram uma atitude positiva, com algumas vozes críticas.

Figura 25: Opiniões sobre as eleições de 2008



Os nossos entrevistados mostraram-se muito seguros que a maioria da população angolana estaria consciente de que as eleições iriam ter lugar em Setembro de 2008, e que os angolanos estariam

felizes por finalmente ter eleições. 152 e 147 indicações por parte dos entrevistados demonstram concordância total, ou em parte, com as seguintes questões: “A maioria dos angolanos têm conhecimento da proximidade das eleições” e “Os angolanos estão contentes com as eleições”, respectivamente.

A grande maioria também acreditava que os eleitores votariam em liberdade; que os crimes eleitorais seriam julgados; que as eleições iriam trazer benefícios económicos; que as pessoas iriam votar sem pressões: e que 1992 não se repetirá, escolhendo as opções: “Temos liberdade para votarmos em quem quisermos e ninguém nos fará mal”; “Os tribunais irão julgar todos os que usarem a violência verbal ou física durante a preparação das eleições”, “O país está a crescer economicamente e isto vai beneficiar todos, incluindo os mais pobres”, “Ninguém vai votar sob pressão, tanto os que vivem nas cidades, quanto os que vivem nas zonas rurais”, “Ninguém tem medo de votar em Setembro de 2008 porque o que aconteceu em 1992 está completamente esquecido, ou não tem condições para se repetir”. Por outras palavras, as pessoas mostraram-se muito positivas em relação às eleições, e ao país em geral.

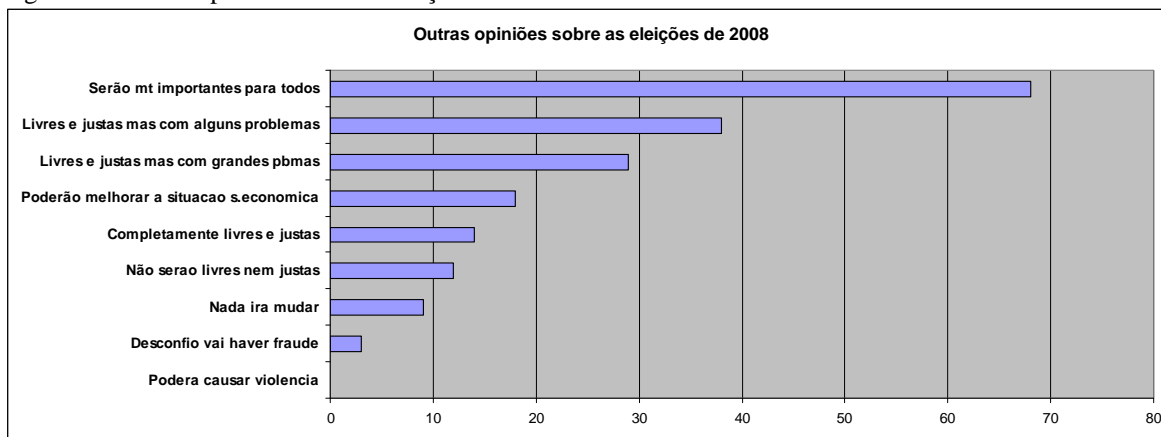
Em menor extensão, as pessoas também afirmaram que a educação cívica foi boa e que as eleições trarão benefícios económicos, seleccionando as opções: “Os programas e actividades de educação cívica sobre as eleições chegaram a todas as pessoas” e “As eleições de Setembro de 2008 vão trazer tudo o que precisamos”.

Embora com um mais elevado nível de incerteza, as pessoas também afirmaram acreditar que as eleições não irão provocar um retorno à guerra civil, que não é muito grande o nível de conflito entre os membros dos partidos, e que as eleições não seriam influenciadas por violência associada às eleições. Foram vários os que escolheram as opções “Todos os angolanos acreditam que as eleições vão realizar-se muito bem sem recurso a ameaça de retorno a guerra” (38%) “Os membros dos partidos políticos foram sensibilizados para não criarem tumultos nem conflitos uns com os outros” (34%), e “As palavras e os actos de violência não vão influenciar a decisão de votar nas próximas eleições” (34%).

Apenas a proclamada “boa convivência entre os membros dos partidos”, com a opção “Nos bairros e aldeias existe boa convivência e relacionamento entre membros de partidos diferentes” mereceu praticamente o mesmo número de escolhas a favor e contra, com 76 dos entrevistados dizendo que concordavam completa ou parcialmente, e 62 mostrando-se parcialmente ou completamente em desacordo, ou ainda afirmando “não saber”.

Para completar, uma significativa minoria dos entrevistados mostrou-se quase certa da possibilidade da violência durante as eleições pudesse ocorrer, e que o país pudesse voltar à guerra civil (com 37 e 36 indicações, respectivamente). Mais, uma minoria acreditava que algumas pessoas iriam votar sob pressão e que as eleições não trarão nenhum bem (31 e 30 indicações).

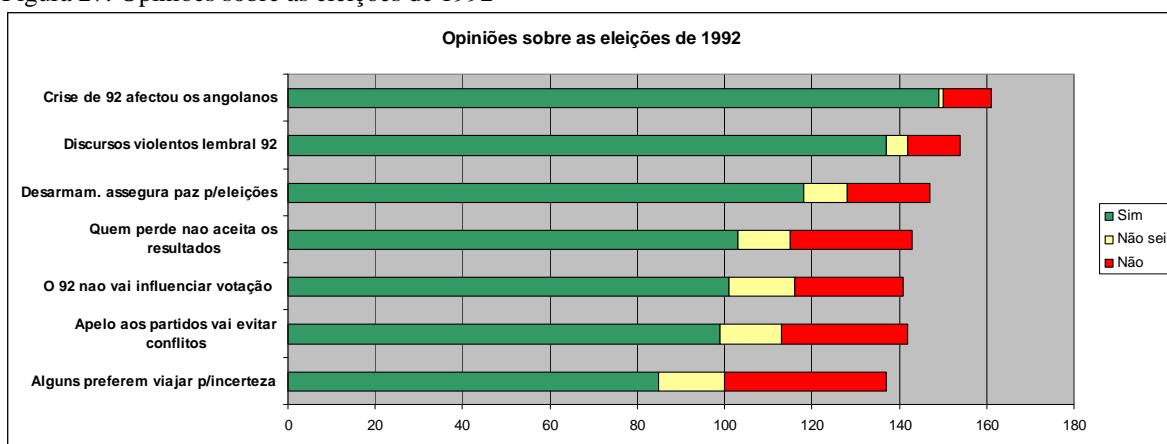
Figura 26: Outras opiniões sobre as eleições de 2008



Em primeiro lugar, nenhum dos entrevistados acreditava que as eleições seriam violentas (“Poderá causar violência”), e apenas 3% acreditava que as eleições seriam fraudulentas (“Desconfio que vai haver fraude (manobra)”). Mais, 68% afirmaram pensar que as eleições serão muito importantes para todos e 38% pensavam que as eleições serão livres e justas, apenas com alguns pequenos problemas. Contudo, apenas 18% acreditavam que as eleições vão melhorar as coisas (“Poderão servir para melhorar actualmente a situação sócio económica”).

Do ponto de vista negativo, uma minoria de entrevistados apresentou algumas preocupações: 29% pensavam que haveria grandes problemas relacionados com as eleições. Apenas 14% acreditavam que as eleições seriam absolutamente livres e justas, 12% acreditavam que não seriam nem livres nem justas. Além disso, 9% acreditavam que as eleições não vão mudar nada.

Figura 27: Opiniões sobre as eleições de 1992



Os entrevistados da nossa amostra pareceram concordar muito com a opção “a crise de 1992 afectou todos os angolanos” (149 indicações contra apenas 11 em desacordo). Além disso, acreditavam que um discurso violento durante a campanha eleitoral lembrará as pessoas dos acontecimentos de 1992. 137 indicações concordando com a opção que “A crise iniciou com acusações mútuas e com discursos violentos tendo conduzido à guerra. Ultimamente, por vezes, o povo escutou discursos violentos e os mesmos recordam o ambiente de 1992 e provocam receios”.

Com uma relativamente menor incerteza, os entrevistados concordaram que existem razões para recear que os partidos derrotados nas eleições não aceitariam os resultados como aconteceu em 1992 (103 indicações concordando com a afirmação “O povo tem medo que os políticos que vierem a perder as eleições não aceitem os resultados, como em 1992”).

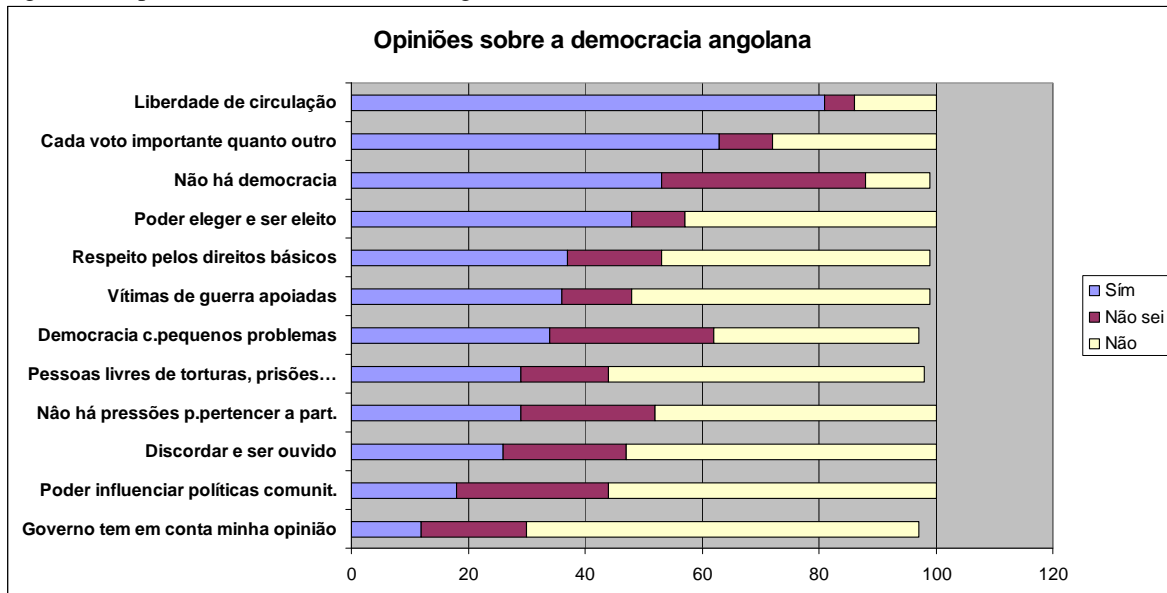
Contudo, as pessoas também acreditavam que o desarmamento antes das eleições foi bom para a segurança e para a construção da paz (118 indicações concordando com “A campanha de desarmamento da população civil está a merecer a confiança dos cidadãos e ajuda a assegurar eleições em clima de paz e segurança”), e que os apelos dos políticos para um comportamento cívico preveniram conflitos entre os partidos (99 indicações a favor de “O facto de se apelar à conduta cívica por parte dos políticos, vai evitar confusão e conflitos entre simpatizantes de partidos diferentes”).

Mais, as pessoas concordaram que a crise de 1992 não vai influenciar as eleições de 2008 (103 indicações para “As eleições vão correr bem e o que se passou em 1992 não vai influenciar o resultado da votação”), mas elas também acreditavam que algumas pessoas deixariam o país por causa do medo (85 indicações para “Alguns preferem viajar para o exterior para não participarem das eleições, porque não sabem o que vai acontecer”). Neste último ponto, 15 opiniões mostravam

discordância dos entrevistados em relação a essa possibilidade de pessoas com medo decidirem viajar para o exterior.

3.5.2 Opiniões sobre a democracia angolana

Figura 28: Opiniões sobre a democracia angolana



No que respeita à nossa amostra e às opiniões emitidas sobre a qualidade da democracia angolana, as opiniões foram muito mais negativas. As pessoas concordaram que havia livre circulação (81% sim, 14% não, 5% simplesmente não sabiam), e que cada voto tem o mesmo valor de qualquer outro voto (“cada voto importa tanto quanto qualquer outro voto”), (63% concordaram e 28% discordaram, 9% não sabiam), mas no tocante à liberdade das eleições, quase o mesmo número de entrevistados acreditavam, uns que não há nenhuma liberdade nas eleições, outros que sim, que há (48% sim, 43% não, e 9% não sabiam).

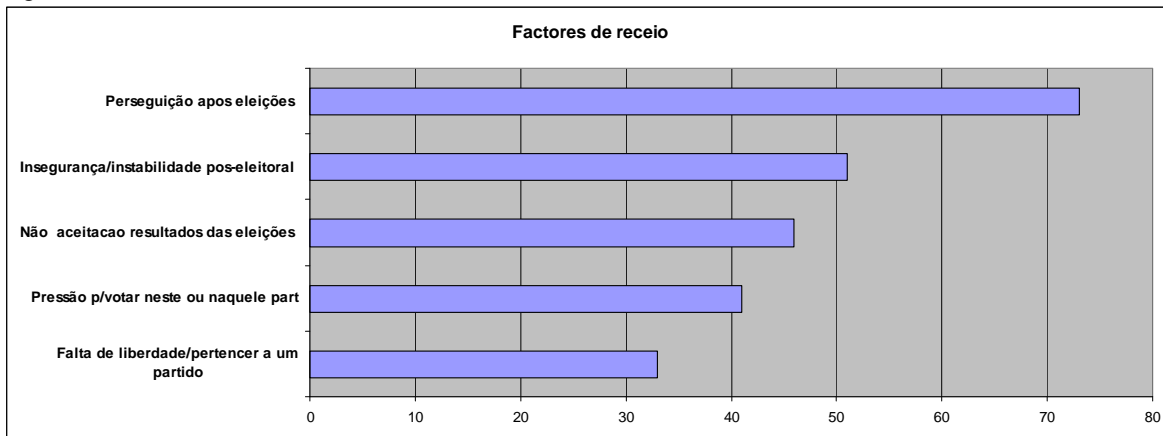
À pergunta “Angola é democrática?” 53% disseram que sim e 11% que não é; contudo, 35% optaram por dizer que “não sabiam”.

As opiniões em relação aos outros indicadores foram negativas; mais pessoas disseram que os direitos humanos não são respeitados (46%) do que respeitados (37%) e que as vítimas da guerra não estão sendo cuidadas (51% contra 36% que acharam que estão). Sobre se Angola é um país com apenas pequenos problemas de democracia, as pessoas mostraram-se divididas e inseguras (34 sim, 35 não, 28 não sabem), um pouco menos no que respeita à existência de situações de prisões ilegais e de tortura (54 disseram que existem, e 29 afirmaram não acreditar que existam tais situações). As pessoas também se mostraram reticentes em acreditar nas afirmações que não existem pressões (para se filiar num partido, por exemplo) e que existe liberdade de expressão. Por último, as pessoas afirmaram não sentir que tenham capacidade de influenciar, ou seja, que a sua opinião “pese” (56 e 67 “não” versus 18 e 12 “sim”).

3.5.3 Factores de receio

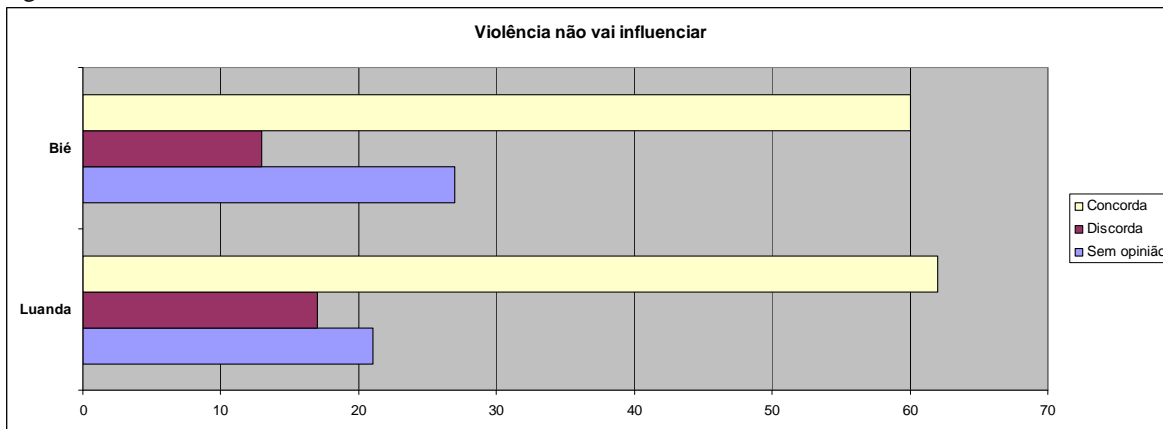
No que respeita à crise de 1992, perguntámos o que aconteceu e que as pessoas não gostariam que se repetisse, por outras palavras, que factores as pessoas mais receiam? (“Que coisas aconteceram em 1992 e que você não gostaria de ver repetidas?”).

Figura 29: Factores de receio



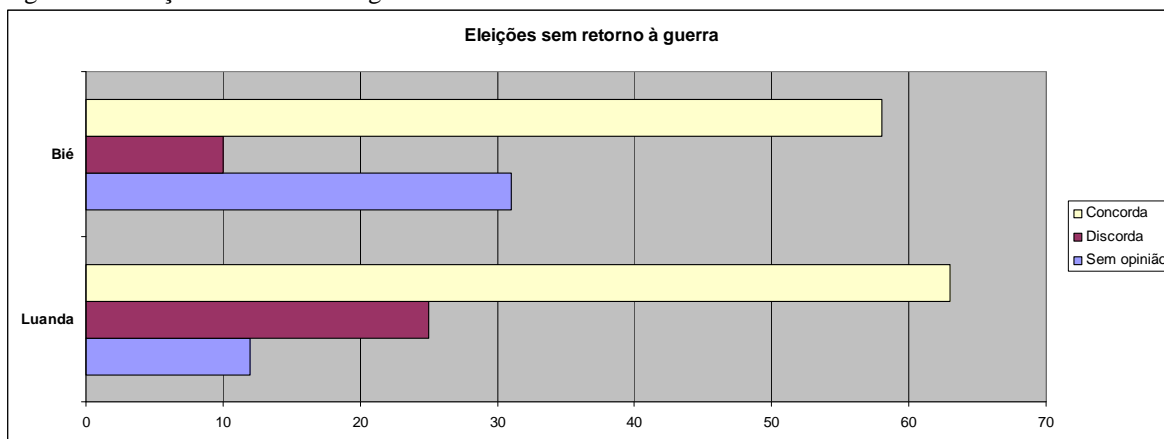
O que os nossos entrevistados mostraram mais recear foram as perseguições (purgas) depois das eleições (mencionadas por 73 dos 100 entrevistados). Seguiu-se a insegurança e a instabilidade após as eleições (mencionadas por 51) e, em terceiro lugar, que os resultados das eleições sejam recusados/rejeitados (46 mencionaram “rejeição dos resultados eleitorais”). Com menor importância situou-se o voto sob pressão (41) e a ausência de liberdade de pertencer a um partido (33).

Figura 30: Violência não vai influenciar



Também, quando olhamos para as opiniões sobre se a violência afecta as decisões das pessoas no acto de votar, identificamos uma pequena diferença entre as províncias: no Bié as pessoas não se mostraram muito seguras de que a violência não iria afectar.

Figura 31: Eleições sem retorno à guerra

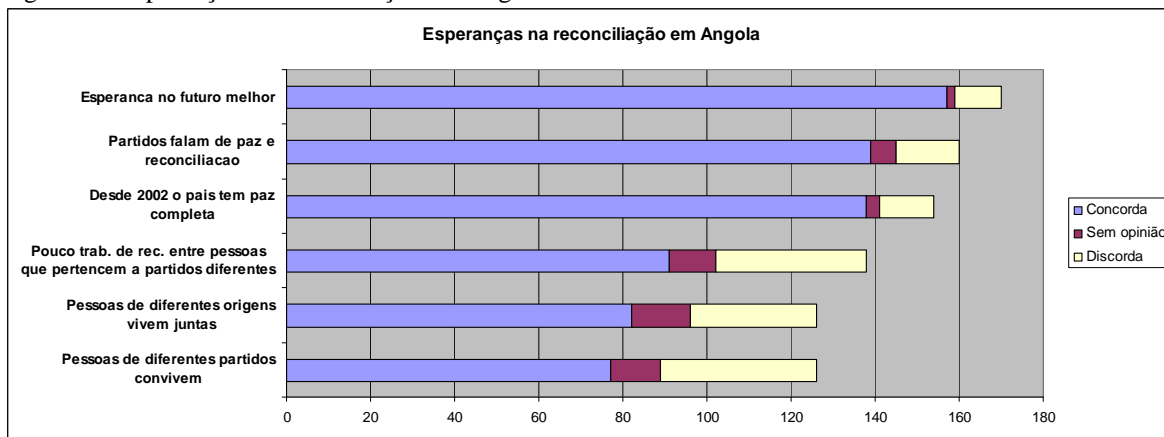


Observando atentamente as pessoas que optaram pela afirmação que as eleições decorreriam bem sem qualquer possibilidade de retorno à guerra civil (“Todos os angolanos acreditam que as eleições vão realizar-se muito bem sem recurso a ameaça de retorno a guerra”), podemos constatar que, no Bié, as pessoas não estavam tão seguras como em Luanda. Poucas pessoas no Bié concordaram com a afirmação (58 versus 63%), e muito mais pessoas afirmaram “não saber” (31 no Bié e 25% em Luanda).

3.5.4 Esperanças sobre a reconciliação em Angola

O que as pessoas pensam sobre o nível de reconciliação, de democracia e de paz em Angola?

Figura 32: Esperanças na reconciliação em Angola



A maior parte das pessoas expressou esperança num futuro melhor (157 indicações, apenas 11 não mostraram não ter esperança num futuro melhor e 3 mostraram-se indecisos, não se sabendo ao certo se as respostas teriam resultado do facto de os entrevistados terem ou não compreendido a questão colocada. De acordo com a nossa amostra, as pessoas mostraram concordar com a afirmação que os partidos políticos estão a levar a sério a questão da paz e reconciliação (139 indicações para “Os partidos políticos nos seus discursos públicos têm falado da paz e da reconciliação”), e que o país está vivendo em paz desde 2002 (138 indicações concordando com “Desde 2002 até ao presente, o país está completamente em paz”). Em menor escala, as pessoas

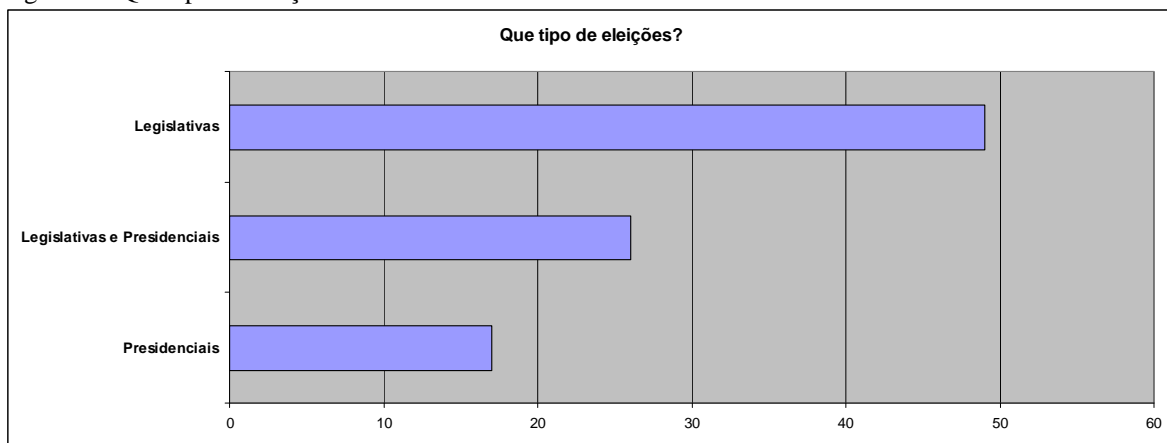
também concordaram que os membros dos diferentes partidos se reconciliaram (91 indicações concordando com “Desde que a paz chegou, fez-se pouco trabalho na reconciliação, sobretudo entre pessoas que pertencem a partidos diferentes”).

Finalmente, com mais alguma incerteza, os entrevistados afirmaram que indivíduos com adesões políticas distintas podem viver juntas (82 indicações a favor de “Pessoas de diferentes partidos políticos, convivem e não têm tido nenhum problema”), e que os indivíduos de diferentes etnias, linguagens e grupos económicos podem viver juntos pacificamente (77 indicações para “Pessoas de diferentes etnias, línguas e origens, posição social ou económica vivem muito bem e não têm conflitos”).

3.5.5 Responderam certo? Sabiam?

Por último, perguntámos que eleições seriam as “próximas” (de Setembro de 2008, já que a pesquisa de campo foi realizada entre Julho e Agosto de 2008).

Figura 33: Que tipo de eleições?



As respostas desapontaram porque menos de metade dos entrevistados deu a resposta certa. A resposta certa seria que as eleições de Setembro de 2008 em Angola eram, apenas, eleições legislativas (parlamento). Num sistema presidencial como o de Angola, as eleições legislativas têm pouco ou nenhum impacto directo na composição do governo, e nenhum efeito na escolha do presidente.

49% sabiam disso. Da metade que respondeu errado, muitos acreditavam que as eleições seriam legislativas e presidenciais, enquanto alguns responderam, muito erradamente, que se tratava, apenas, de eleições presidenciais (26 e 17%).

4. Conclusões e Recomendações

4.1 Limitações da pesquisa

O presente estudo, antecedido de outros na mesma temática, enquadra-se num contexto de análises pós-guerra, e constitui-se numa iniciativa original e que visa aprofundar a temática de eleições, consideradas como mecanismo de reconciliação e de gestão de conflitos no quadro transicional.

Antes de se traçarem as linhas conclusivas, torna-se importante uma revisão sucinta de algumas limitações inerentes ao presente estudo:

- Do ponto de vista de abrangência, é mister ter-se em conta que o mesmo engloba uma amostra muito pequena para se tornar representativa e permitir fazer inferências em relação à sociedade angolana ou às regiões onde se fizeram os inquéritos. Assim a amostra é tão-somente ilustrativa. Contudo, apesar disso, a pesquisa permitiu perceber a prevalência de alguns traços que caracterizam o contexto político e social angolano. Entre eles, um aumento do nível de participação das mulheres, as limitações em relação ao acesso a fontes de informação, as percepções de confiança e de desconfiança nas instituições e nas pessoas, entre outros. Mas apenas a continuação destes estudos e a realização de análises comparativas dos seus resultados pode permitir tirar algumas conclusões.
- Por outro lado, e dada a inexistência de um Censo Populacional, estes estudos e pesquisas podem contribuir para a recolha de informações para a construção do Perfil do Eleitor Angolano, não apenas do ponto de vista demográfico, mas também sócio-económico, político e de cidadania.

4.2 Conclusões da pesquisa

- Durante a fase das entrevistas, foi notado que o angolano está adquirindo uma cultura de responder a inquéritos e de compreender a sua importância e necessidade;
- Apesar do tema da pesquisa ser relativamente sensível, no sentido em que suscita algumas reservas, praticamente não se registou nenhuma recusa por parte dos entrevistados, ao contrário de pesquisas anteriores.¹⁰ Em relação ao presente projecto, tal desenvolvimento deve-se eventualmente aos seguintes factores:
 - Por ter sido uma instituição católica a conduzir as entrevistas (Universidade Católica);
 - Por se ter trabalhado de forma muito próxima às autoridades tradicionais, sendo que elas ajudaram a fazer a apresentação dos entrevistadores à população (casos concretos do Bairro Quilamba, no município de Viana, em Luanda) e dos Bairros Catraio, no Kuito e nos arredores da sede municipal do Kunhinga;
 - Pelo facto dos cidadãos terem vindo a ser expostos, nos últimos tempos, a muitos inquéritos, especialmente em Luanda, o que eventualmente os familiarizou mais com a participação em pesquisas;
 - Os líderes de equipa conheciam muito bem as zonas de pesquisa e as metodologias de interacção com as autoridades tradicionais e a população em geral. Isto constituiu, seguramente, uma “mais valia” para o sucesso da pesquisa.

¹⁰ Por exemplo, uma das pesquisas anteriores sobre a temática das eleições aponta para 6,3% de recusas de um universo de 4300 inquéritos realizados em sete províncias. Vide Relatório do Inquérito de Opinião sobre as “Percepções dos Angolanos em relação às Próximas Eleições”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Económica e Social (A-IP) para o Instituto Republicano Internacional (IRI), Luanda, 2003.

Apesar desses factores qualitativos, é preciso ter-se em conta, ainda, alguns factores sócio-culturais como os seguintes:

- Contactos e interacção com as autoridades tradicionais. Do ponto de vista cultural, por exemplo, existe todo um ritual social de abordagem de problemáticas sociais que implicam necessariamente a sua apresentação prévia às lideranças tradicionais. Tendo em conta a duplicação do exercício da autoridade, de um lado as autoridades civis representadas pelas administrações municipais e comunais, ao estilo ocidental, de outro lado as autoridades tradicionais que, nas zonas suburbanas e rurais, mantêm o seu espaço, ainda que fragmentado e dependente, de exercício do seu poder carismático, tornando-se necessário o seu envolvimento para o sucesso de qualquer trabalho com as comunidades suburbanas e rurais. Além disso, muitas autoridades tradicionais têm militância partidária, portanto, prestando contas aos seus líderes e mantendo “controlo” sobre todas as dinâmicas e eventos que abordem questões de natureza política em suas zonas de autoridade.
- Nos subúrbios e nas zonas rurais, a desconfiança em relação a todo o tipo de assuntos tidos como mais sensíveis – em termos práticos, tudo o que se relaciona com política - é ainda muito elevada. Daí, a necessidade de articulação prévia com as mesmas autoridades locais, envolvendo-os no objectivo do trabalho, para garantir o sucesso da aplicação das entrevistas e recolha de dados.

4.3 Recomendações da pesquisa

Os resultados desta pesquisa, mais do que apontar conclusões, abrem uma série de caminhos para futuros estudos e pesquisas, procurando comprovar aparentes continuidades e buscando compreender as razões para eventuais diferenças e mesmo rupturas em relação a padrões de expectativas ou de comportamentos anteriormente expressos.

Será ainda necessária uma definição do conjunto de pesquisas e estudos, a realizar no âmbito do programa CMI/CEIC, com vista a complementar o conhecimento da realidade sócio-política angolana; por outro lado, importa seguir a percepção de que uma continuidade na realização de estudos e pesquisas permitirá dissipar os receios e inibições das pessoas em participar como entrevistados.

Para a maximização dos resultados de futuras pesquisas, convém ter em conta, entre outras possibilidades, as seguintes:

- Tornar o estudo um caleidoscópio de cruzamento de experiências com outros estudos, ao nível local, da SADEC e da União Africana, para efeitos de verosimilhanças e paralelismos, em termos de desenvolvimento de factores de segurança humana, paz e reconciliação;
- Apostar na disseminação dos resultados, junto a instituições académicas e de pesquisa e debate sobre análise social, para que tal permita trocar experiências e contribuir para a construção de conhecimentos sobre Angola e o seu desenvolvimento democrático;
- Encaminhar este tipo de estudos e análises para fins pragmáticos de trabalho de maximização da construção de factores de confiança, de desenvolvimento da cidadania e da coesão social.

Em suma, este estudo, pequeno em sua dimensão, abre diversas possibilidades do ponto de vista académico, contribuindo para um maior conhecimento dos processos sócio-políticos em Angola, para além da sua utilidade social, no quadro da promoção de iniciativas de abordagem dos desafios no pós-guerra em Angola.

Anexo 1: Acrónimos e Abreviaturas

CEIC	Centro de Estudos e Investigação Científica
CNE	Comissão Nacional Eleitoral
CMI	Christian Michelsen Institute
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UCAN	Universidade Católica de Angola

Anexo 2: Referências e Literatura

- A-IP (2003): Relatório do Inquérito de Opinião sobre as “Percepções dos Angolanos em relação às Próximas Eleições”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Económica e Social (A-IP) para o *Instituto Republicano Internacional (IRI)*, Luanda, 2003.
- BBC World Service Trust (2008): Elections Study Angola 2008. By Natália Silva. (Unpublished PowerPointPresentation, Luanda).

Relatórios Recentes

WP 2008: 10

CAPPELEN, Alexander W, Karl Ove Moene, Erik Ø. Sørensen, Bertil Tungodden: Rich Meets Poor – an International Fairness Experiment. Bergen, 2008, 29 pp.

WP 2008: 9

AMUNDSEN, Inge and Markus Weimer: Opposition Parties and the Upcoming 2008 Parliamentary Elections in Angola. Bergen, 2008, 50 pp.

WP 2008: 8

SUHRKE, Astri and Kaja Borchgrevink: Afghanistan: Justice Sector Reform. Bergen, 2008, 15 pp.

WP 2008: 7

ANDVIG Jens Chr. and Odd-Helge Fjeldstad: Crime, Poverty and Police Corruption in Developing Countries. Bergen, 2008, 32 pp.

WP 2008: 5

MAKARA, Sabiti, Lise Rakner, Rwengabo Sabastiano: Administering Uganda's 2006 Multiparty Elections: The Role of the Electoral Commission. Bergen, 2008, 16 pp.

WP 2008: 4

ASK, Karin and Siri Lange: Kjønn- og likestillingsrettet utviklingssamarbeid. Kartlegging av kompetansemiljø i Norge. Bergen, 2008, 40 pp.

WP 2008: 3

SKJÆVESTAD, Anne: The Mapuche People's Battle for Indigenous Land. Litigation as a Strategy to Defend Indigenous Land Rights. Bergen, 2008, 21 pp.

WP 2008: 2

TØNDEL, Line and Tina Søreide: Bureaucratic Complexity and Impacts of Corruption in Utilities. Bergen, 2008, 16 pp.

WP 2008: 1

FJELDSTAD, Odd-Helge and Mick Moore: Revenue Authorities and State Capacity in Anglophone Africa. Bergen, 2008, 13 pp.

WP 2007: 13

KNUDSEN, Are and Nasser Yassin (UCL): Political Violence in Post-Civil War Lebanon, 1989-2007. Bergen, 2007, 24 pp.

WP 2007: 12

RAKNER, Lise, Sabiti Makara, and Lars Svåsand: Turnaround: The National Resistance Movement and the Re-introduction of a Multiparty System in Uganda. Bergen, 2007, 23 pp.

WP 2007: 11

FJELDSTAD, Odd-Helge and Mick Moore: Taxation and State-Building: Poor Countries in a Globalised World. Bergen, 2007, 22 pp.

Publicações, Relatórios Anuais, e revistas trimestrais do CMI estão disponíveis na sua página www.cmi.no.

Printed version: ISSN 0804-3639
Electronic version: ISSN 1890-5048
Printed version: ISBN 978-82-8062-305-8
Electronic version: ISBN 978-82-8062-306-5

Chr. Michelsen Institute (CMI) is an independent, non-profit research institution and a major international centre in policy-oriented and applied development research. Focus is on development and human rights issues and on international conditions that affect such issues. The geographical focus is Sub-Saharan Africa, Southern and Central Asia, the Middle East, the Balkans and South America.

CMI combines applied and theoretical research. CMI research intends to assist policy formulation, improve the basis for decision-making and promote public debate on international development issues.